

A silhouette of an archer is shown against a dramatic sunset sky. The archer is holding a bow and arrow, with the arrow pointing upwards. The sky is filled with clouds, and the sun is low on the horizon, creating a warm, golden glow. The overall mood is one of tradition and skill.

RETRATOS CULTURAIS DO
ARCO E FLECHA
NO AMAZONAS

UMA PONTE ENTRE
A TRADIÇÃO E A
MODERNIDADE

SÉRGIO ADEODATO E VIRGILIO VIANA
FOTOS ANDRÉ PESSOA

RETRATOS CULTURAIS DO
ARCO E FLECHA
NO AMAZONAS

UMA PONTE ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE



SÉRGIO ADEODATO E VIRGILIO VIANA

FOTOS ANDRÉ PESSOA

1ª Edição

Manaus

Fundação Amazonas Sustentável

2016



MINISTÉRIO DA
CULTURA





Fundação Amazonas Sustentável

Projeto e coordenação editorial | Sérgio Adeodato

Textos | Sérgio Adeodato e Virgílio Viana

Fotos | André Pessoa

Consultoria científica | Profa. Dra. Deise Lucy Oliveira Montardo/
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/MA/UFAM

Consultoria técnica | Marcia Lot

Coordenação geral | Felipe Irnaldo e Marina Souza

Produção executiva | Rô Matua

Projeto gráfico e direção de arte | Walkyria Garotti

Infográficos | Sandro Castelli

Imagens adicionais | 36A Imagens de arquivo: Museu Amazônico (Universidade Federal do Amazonas – UFAM); 36B e 37 Reprodução de gravura de Alexandre Rodrigues Ferreira em Viagem Filosófica (1783-1792)/Imagens Arquivo: Museu Amazônico (Universidade Federal do Amazonas – UFAM); 101 Bruno Kelly; 116 Leonhard Foeger/Reuters/Latinstock

Revisão | José Julio do Espírito Santo

Produção gráfica | Bel Brunharo

Impressão | Pigma Gráfica e Editora Ltda.

Agradecemos a Alessandra Campelo, Alvimar D'Agostini, André Ballesteros, Aníbal Forte, Bonifácio José Baniwa, Carlos Galindo, Denis Minev, Edilene Gomes, Eduardo Braga, Eduardo Taveira, Fabrício Lima, Flávio Azevedo, Fidelis Baniwa, Ilana Minev, Isandra D'ávila, Jaime Benchimol, José Melo, Lírio Parisotto, Luiz Villares, Marcia Lot, Nora Minev, Roberval dos Santos, Sandra Braga, Sueli Barbosa dos Santos, Valdemir Triukuxuri, Vanessa Grazziotin e Ricardo Marrocos pelo apoio ao Projeto Arquearia Indígena no Amazonas; a Alíria Noronha, André Baniwa, Benjamin Sicsu, Cirlene Elias, Claudia Lopez, Eduardo Góes Neves, Ennio Candotti, Ezequias Carneiro, Helena Pinto Lima, Ione Couto, Lucia Hussak van Velthem, Maria Helena Matos, Nina Barrouin, Paula Gabriel, Rafael Salles, Wildney Mourão, Museu Amazônico/UFAM, Museu do Índio/FUNAI, Museu Paraense Emílio Goeldi e FUNAI São Gabriel da Cachoeira pelo apoio imprescindível na realização deste livro.

Selo FSC

O Projeto Arquearia Indígena no Amazonas é fruto da parceria entre FAS, SEJEL, FATARCO, COIPAM, COIAB, SEIND, e FUNAI, com BRADESCO, BEMOL/FOGÁS e LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE (patrocinadores), e Centro Educacional LA SALLE e Faculdade LA SALLE, VALGROUP, LATAM e ACCOR (apoio).



FUNDAÇÃO
AMAZONAS
SUSTENTÁVEL

A Fundação Amazonas Sustentável tem a missão de promover o envolvimento sustentável, a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida das comunidades moradoras e usuárias das unidades de conservação no Estado do Amazonas. Rua Álvaro Braga, 351, Manaus, Amazonas, Brasil. Tel: +55 92 4009-8900 • fas-amazonas.org • contato@fas-amazonas.org

Capa

Arqueiro Kambeba da aldeia Três Unidos, no Rio Cuieiras, Amazonas

2-3

Atletas indígenas de tiro com arco nas águas do igapó se dirigindo para caçar na floresta

5

Momento de calma e silêncio na floresta da APA Rio Negro à espera da hora de entrar na trilha

6-7

Arqueira Graziela, da etnia Karapanã, no rio Cuieiras: hora do descanso

8-9

Rio Cuieiras, celeiro dos primeiros atletas do Projeto Arquearia Indígena

10

No fim de tarde, o visual multicolorido na aldeia Baré inspira projeções para o futuro

13

Índio Baniwa, personagem de uma nova saga na história da etnia

14-15

Fauna e flora do Baixo Rio Negro: diversidade biológica convivendo com a cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A232r Adeodato, Sérgio; Viana, Virgílio
Retratos culturais do arco e flecha no Amazonas: uma ponte entre a tradição e a modernidade. / - Manaus: Fundação Amazonas Sustentável, 2016.
120 p. : il.
ISBN 978-85-67804-02-6
1. Cultura – Amazonas. 2. Fotografia – Amazonas. I. Sérgio Adeodato. II. Virgílio Viana. III. Título.
306
770
CDD 22. ed.

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária
Cristyanne Uhlmann da Costa e Silva CRB-11 879









Este livro é fruto de uma inquietude. Como intelectual, ativista e gestor de fazimentos, há muito vivencio a luta dos povos indígenas para superar os impactos do processo de colonização. Com a chegada dos europeus em suas terras, em meados do século XVI, essas populações foram dizimadas por guerras, escravidão, doenças e massacradas em suas culturas e crenças. Temos uma dívida histórica a ser resgatada com esses povos.

A perda do saber etnoecológico me sensibiliza de forma especial. Como engenheiro florestal, aprendi a admirar o riquíssimo conhecimento sobre a ecologia de plantas e animais dos mateiros caboclos e dos etnobotânicos indígenas. É profundamente entristecedor ver isso se perder.

Por outro lado, me toca profundamente a discriminação, opressão, desigualdade e injustiça a que vem sendo submetidas as populações de ameríndios. A falta de horizontes e perspectivas é um dos elementos causadores dos suicídios de jovens índios. Por exemplo, em São Gabriel da Cachoeira – município com maior proporção de população indígena e maior número de etnias (23) do Brasil – a média de suicídio chega a dezoito vezes o índice médio da população do país. Como diria Darcy Ribeiro, diante dos descaminhos do Brasil, temos duas opções – se indignar ou se resignar. Somos daqueles que não resignamos nunca.

É necessário inovar e buscar novos caminhos e soluções. Foi nesse contexto, em 2013, que nasceu o Projeto Arquearia Indígena, coordenado pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS). Nossa utopia era formar jovens na prática do tiro com arco para conquistar vitórias repletas de simbolismo. A ideia foi capacitá-los a participar de competições com não indígenas, em escala nacional e internacional. Mostrar que os índios são talentosos, merecem respeito e precisam apenas de oportunidades.

Em pouco tempo, conseguimos surpreendente sucesso! Em menos de um ano de treinamento, nossos arqueiros indígenas ganharam a primeira medalha de ouro numa competição nacional e com as conquistas seguintes foram destaque na mídia nacional e internacional.

Em 2015 surgiu a ideia de produzir um livro que pudesse ter um olhar ampliado sobre o arco e flecha, desde a cultura tradicional até o seu diálogo com a modernidade do tiro com arco. Convidei para me ajudar nessa empreitada o repórter e amigo Sérgio Adeodato, que poderia trazer um olhar jornalístico sobre o fazimento em que havia me metido. Na idealização do projeto, Sérgio sugeriu que convidássemos um antigo parceiro, o fotógrafo André Pessoa. Com seu olhar sofisticado, esse pernambucano “arretado” trouxe um brilho adicional com seu olhar acurado e belíssimas imagens.

Este projeto não tem a pretensão de ser uma obra acadêmica sobre arco e flecha dos povos indígenas da Amazônia. A ideia foi proporcionar ao leitor uma mistura de três retratos: reflexões autorais, fruto da vivência continuada da realidade indígena; textos jornalísticos construídos com histórias de personagens reais; e fotografias colhidas nas comunidades e aldeias da Amazônia.

Esta obra é um capítulo de uma história que vem sendo escrita a muitas mãos: atletas, instrutores, familiares, equipe da FAS, lideranças indígenas, pesquisadores e parceiros. Agradecemos a todos pela essencial contribuição, em especial aos patrocinadores Videolar-Innova e Honda, sem a qual não poderíamos ter chegado até aqui. Esperamos que este livro inspire outros a ousarem iniciativas capazes de contribuir para superar os descaminhos e para construir o desenvolvimento sustentável e o bem viver das populações indígenas da Amazônia.

Virgílio Viana, superintendente geral da Fundação Amazonas Sustentável

Décadas de idas e vindas à Amazônia, sempre com a mesma sensação: ao chegar aqui acho que somos, como seres humanos, colocados em nosso devido lugar. Essa mesma perspectiva senti ao ler *Retratos Culturais do Arco e Flecha No Amazonas*.

O livro nasceu do Projeto Arquearia Indígena, criado pela Fundação Amazonas Sustentável (FAS) para capacitar índios brasileiros como atletas da modalidade de tiro com arco. Óbvio? Nem tanto.

Esse esporte olímpico é, de fato, bem diferente da prática milenar do arco e flecha. A beleza da ideia foi usá-lo para manter viva aquela prática, ícone da cultura indígena, que hoje vai se apagando junto com a identidade dos povos da floresta. Há também o viés muito pragmático de alavancar a autoestima dos jovens índios e abrir frentes para cavarem uma condição melhor. Afinal, são enormes suas dificuldades, habitando uma extensão equivalente às áreas somadas dos estados de São Paulo e Paraná.

Aprendemos muito com o livro sobre a gigantesca capacidade de adaptação dos índios ao meio ambiente, vivendo ao relento das forças naturais. Numa era em que se imagina estar tudo sob pleno controle, o leitor é colocado, como ser humano, em seu devido lugar.

O trabalho da FAS nesse projeto começou em 2013 e não foi tão simples despertar nas etnias do Baixo Rio Negro o interesse pelo tiro com arco, com toda a dis-

ciplina e sacrifício envolvidos em treinamentos extenuantes. Hoje, os arqueiros selecionados têm na mira as Olimpíadas de Tóquio em 2020. Nessa trajetória, pode-se dizer que a FAS já cravou seu alvo em reduzir as desigualdades sociais e a melhorar a qualidade de vida na Amazônia, sempre de forma sustentável.

Ao visitar esse espírito guerreiro amazônico, há também uma faceta menos notória e que conhecemos bem: a pujança. Chegamos em 1990, cavamos nosso lugar, nos adaptamos, aprendemos, crescemos. A partir daqui, fizemos história no mercado de vídeo do Brasil. Somos gratos à terra. Em Manaus, erguemos nosso Memorial Videolar. Triste é o povo, a família, a empresa que não mantém vivas suas memórias. A comunidade internacional conhece essa verdade e por isso aplaude de pé o trabalho da FAS. Por que não fazer o mesmo em nosso País, na mesma medida?

Ao ler *Retratos Culturais do Arco e Flecha no Amazonas*, com seu texto límpido e fotos impressionantes, dá vontade que chegue às mãos de cada brasileiro. Há em nós um pouco daquilo tudo – creia – seja em um descendente de imigrantes italianos do Sul do País ou em qualquer outro cidadão, como eu e você. Somos pequenos diante da Amazônia, mas juntos podemos ajudar seus povos a seguir lá, da forma que vivem, do jeito que são.

Lirio A. Parisotto, presidente da Videolar-Innova S/A





Por um mundo melhor para as próximas gerações

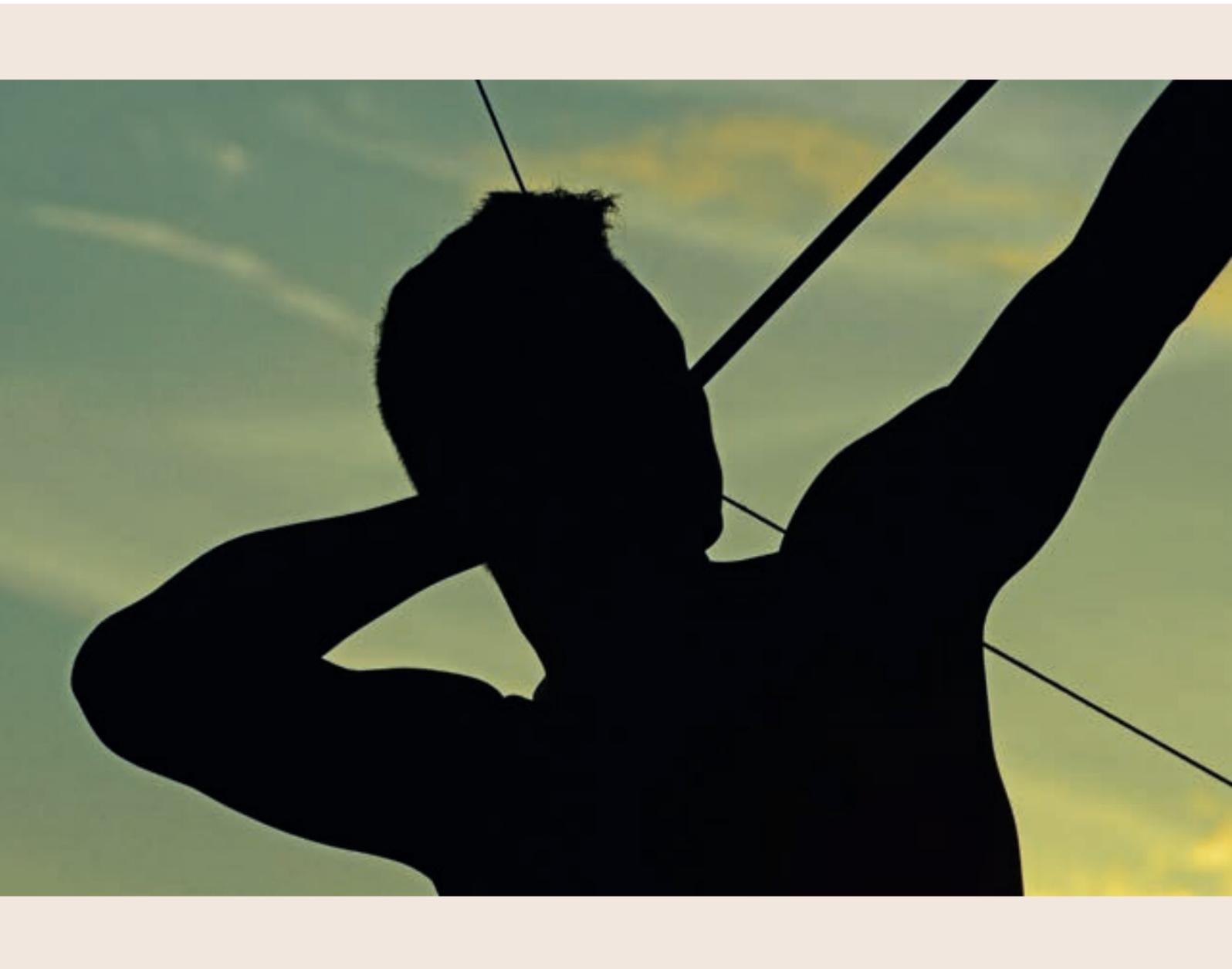
A Honda escolheu realizar sua caminhada no Brasil instalando-se no coração da Amazônia em 1976 com a sua fábrica de motocicletas. Após anos de encantamento e contemplação da grandiosidade amazônica, uma realidade se destaca: a maior beleza não está apenas em sua vasta paisagem e extensão territorial, mas na herança cultural do seu povo. O Projeto Arquearia Indígena no Amazonas, por meio da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), mostra que ainda há um longo caminho de deslumbramento

que vai além das suas lendas tradicionais. Estimular um olhar reflexivo e artístico sobre a cultura indígena e a importância de mantê-la viva faz parte do compromisso da Honda de contribuir com a comunidade do entorno de suas unidades. Esse desejo é praticado no dia a dia da companhia por meio de ações educacionais, culturais e ambientais que valorizam o compartilhamento da alegria e do conhecimento entre os indivíduos. A leitura da obra *Retratos Culturais do Arco e Fle-*

cha no Amazonas – Uma Ponte entre a Tradição e a Modernidade promove a reflexão sobre os grandes desafios para a manutenção da cultura local. Trata-se de um documentário de beleza ímpar, com artes fotográficas e textos que resgatam historicamente a cultura da arquearia indígena e fornece uma perspectiva otimista de preservação da tradição. Transformar índios brasileiros em atletas olímpicos na modalidade de tiro com arco realmente parece um “causo” regional.

Para a Honda, apoiar o Projeto Arquearia Indígena representa uma oportunidade única de colaborar para a inserção social, multiplicação e desenvolvimento da cultura local. Dessa forma, unindo-se à sociedade da região amazônica, que a apoia desde a sua instalação na cidade de Manaus, a empresa acredita estar no caminho certo para ajudar na construção de um mundo melhor e mais justo para as futuras gerações.

Moto Honda da Amazônia Ltda.



TRADIÇÃO MILENAR

O papel do arco e flecha na história do Brasil e do mundo







Águas naturalmente negras serpenteiam a imensidão verde, habitada por povos que lutam para manter vivas crenças, valores e tradições em harmonia com o mundo ao seu redor. A paisagem rio acima excita o devaneio sobre ícones amazônicos que povoam o imaginário do brasileiro a partir dos livros escolares, dos filmes, da literatura, dos registros de antigos aventureiros e do que está cuidadosamente guardado nos museus. No amanhecer, a névoa branda cria uma atmosfera de mistério aos poucos descortinada pelo calor do sol. Botos saltam à superfície, revoadas de araras. O vaivém de balsas, recreios, lanchas e rabetas ilustra o modo de vida local. Evidências da diversidade cultural e biológica se apresentam aqui e acolá no curso daquelas correntezas escuras, iluminadas à tardinha pelos raios alaranjados do dia que se vai. E chega a noite. Estrelas. Luzes para o futuro da maior floresta tropical do planeta, que neste pedaço estratégico do Amazonas olha para as armas do passado em busca de um novo alvo.

18-19 ←←
Populações indígenas do Amazonas buscam novo valor para o tradicional arco e flecha, aliando cultura, renda e conservação da floresta

20-21 ←
O cenário do Rio Cuieiras, afluente do Negro, abriga diversas comunidades indígenas

22-23 →
A comunidade Três Unidos, no Rio Cuieiras, reúne cerca de 80 indígenas Kambeba que têm no artesanato e no turismo importantes fontes de renda

TIRO CERTEIRO

Práticas que se revitalizam. No curso de seus 2.230 km desde as cabeceiras nos Andes colombianos até o encontro de cores com as águas pardas do Solimões para formar o caudaloso Amazonas, o Rio Negro foi importante fio condutor da história e da cultura amazônicas, em especial a indígena. Cenário de heróis e vilões, apogeu e decadência, guerras, massacres. Sonhos. Uma epopeia que continua no rastro de um paradigma para lá de desafiador. Ao banhar diversas unidades de conservação, terras indígenas, povoados ribeirinhos e a maior e mais rica capital da Região Norte, o manancial é rota inspiradora





de mais um capítulo da saga da convivência entre homem e natureza, entre tradição e modernidade – um enredo fortemente delimitado pelos atuais dilemas socioambientais do planeta.

De Manaus, partimos rio acima para uma viagem de descobertas, atentos às sementes de uma revolução silenciosa. À beira daquele estoque hídrico que se espraia por afluentes, lagos, igapós e igarapés, ditando o ritmo da vida e das esperanças por dias melhores, comunidades indígenas são instigadas a resgatar e dar cores contemporâneas a um velho símbolo da cultura material que por séculos garantiu a defesa contra inimigos e o acesso a alimentos por meio da caça e pesca: o arco e flecha.

Após duas horas de navegação, já próximo ao arquipélago de Anavilhanas, na margem esquerda, surge o Rio Cuieiras – nome inspirado nas árvores cujo fruto é usado como caixa de ressonância em berimbaus e cuias para tomar banho. Habitado por povos indígenas e caboclos ribeirinhos, aquele pedaço da Área de Proteção Ambiental do Rio Negro e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga-Conquista é marcado pela secular extração madeireira e pela caça e pesca como fonte de subsistência. De longe, avista-se o ponto da primeira parada: a comunidade Três Unidos, reduto dos Kambeba.

Em terra, os primeiros passos levam a uma choupana de palha onde são exibidas carcaças de tatu-canastra e couros de jiboia e jacaré, frequentes no cardápio local. Ao lado, pequenas barracas expõem para os forasteiros o artesanato indígena com sementes de açai e morotó. Um filhote de guariba perambula por lá, afeiçoado ao convívio na aldeia depois

que os pais foram provavelmente caçados ou predados por outros animais.

Crianças brincam de correr: a menina Kanata (“Luz”, no idioma nativo), 6 anos, e seu amigo Yiakaka, “Lutador”, 7 anos, que desde os 5 se diverte na aldeia com seu míni “benderker” – o arco, usado pelos garotos indígenas para flechar lagartixas, desenvolvendo desde cedo a habilidade culturalmente herdada dos pais e avós. Sua mãe, Sandra (de nome nativo Uiana, que significa “caiu carregando a melancia”), não esconde que meninos e meninas querem seguir os passos de jovens da comunidade que hoje frequentam programas de televisão e redes sociais como atletas de prestígio e sucesso. Ídolos, referências de novos tempos (leia no capítulo 3).

Na casa à frente, a maior do povoado, o alpendre é bastante frequentado por homens que chegam contando novidades e os resultados da caça na noite anterior. Nas paredes, pôsteres estampando onça, veado e caititu estão esgarçados por inúmeros furos, sinal que por muito tempo foram alvos de brincadeira com arco e flecha – e agora viraram objeto de decoração, ao lado de uma enorme tela de TV que reúne a comunidade nos dias de futebol.

Lá vem o cacique Valdemir Triukuxuri, liderança de sabedoria alicerçada no diálogo e na saudável abertura para o novo e para o que puder melhorar a qualidade de vida do seu povo. “Jamais imaginava que um dia chegaria alguém propondo valorizar uma tradição tão antiga, agora revitalizada como esporte”, conta o cacique, recordando-se de quando o professor Virgílio Viana, superintendente-geral da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), o procurou na aldeia para conversar sobre uma ideia inspiradora de ganhos sociais, culturais,

econômicos e ambientais que logo ganhou impulso e se transformou no Projeto Arquearia Indígena no Amazonas (leia no capítulo 3).

A novidade foi bem recebida, porque além de tudo significava oportunidades. “Devido aos impactos desde a colonização, perdemos muito da nossa cultura e há um grande esforço em recuperá-la pelo menos em parte”, afirma Valdemir. A história dos Kambeba, de fato, foi de constante luta por terra e subsistência. No século XVII, com medo dos conflitos com outras etnias indígenas, das doenças e da escravidão imposta por colonizadores e missionários, foram forçados a migrar da região fronteira com o Peru, onde viviam em aldeias que tinham milhares de índios cada uma.

Devido à história de agressões, o povo Kambeba foi considerado extinto. Agora encontra novos caminhos para a valorização de sua cultura

Sempre habitaram as margens dos rios, mas não foi somente essa a razão de serem vistos como “povo das águas”. A origem da alcunha está também na cosmologia: “No início das gerações”, conta o cacique, “uma gota d’água caiu na palha e o sol a dividiu em duas partes: uma gerou o homem, e a outra, a mulher”.

Ao longo do contato com a civilização branca, muitos morreram de tuberculose e não devido ao temido feitiço dos Ticuna, índios inimigos que tinham como hábito matar papagaios e sapos e os enterrar junto com pedaços da roupa dos Kambeba em rituais para exterminá-los. Eles foram dados como extintos até que, na década de 1970, o Conselho

24  As crianças Kambeba brincam desde os cinco anos flechando lagartixas e se espelham nos atletas da aldeia

Indigenista Missionário (CIMI) convocou uma assembleia geral em Tefé (AM), oportunidade em que o sogro de Valdemir se apresentou como Kambeba, morador da aldeia Jariqui, na região do Rio Solimões, onde na época viviam as cinco últimas famílias da etnia. O feito foi depois reconhecido por pesquisas antropológicas da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Hoje, o grupo abrange 2 mil índios em quatro aldeias. A comunidade Três Unidos se formou em 1991 com o deslocamento de um pequeno número de Kambeba do Lago de Alvarães, no Solimões, para o Rio Cuieiras, na esperança de uma vida melhor mais perto de Manaus. “A transferência foi muito dura porque começamos tudo do zero, mas queríamos nos livrar do isolamento e das dificuldades de onde vivíamos antes”, conta a esposa do cacique, dona Diamantina – ou Itakuara, “diamante” na língua indígena. A mudança ocorreu depois que sua filha de 4 anos engoliu acidentalmente uma moeda e acabou morrendo após quatro

meses porque não havia assistência médica nem dinheiro para levá-la a um hospital capacitado para o tratamento. Na nova terra, o plano inicial de subsistência foi fazer roça para vender farinha na capital. “No início, morávamos na canoa e enquanto alguns roçavam outros pescavam traíra para a família comer”, diz a matriarca da aldeia.

A comunidade cresceu e hoje aguarda a demarcação da terra indígena, de 12 mil hectares. A aldeia abriga dezessete famílias, todas de mesmo parentesco. É servida por duas boas escolas – uma municipal e outra estadual instalada no Núcleo de Conservação e Sustentabilidade Assy Manana, mantido pela FAS (*leia no capítulo 4*). Uma das principais atividades é o turismo e não mais práticas predatórias do passado, com a retirada predatória de madeira. No rastro dos visitantes, busca-se preservar tradições. Manifestações culturais com pinturas corporais e uso de roupas e acessórios típicos acontecem nos dias de festa e eventos

26 →

Jardel agarrou a ideia de ser atleta como uma oportunidade para evoluir nos estudos e garantir melhor qualidade de vida à família



27 → →

Graças ao apoio do cacique Valdemir Triukuxuri, líder dos Kambeba, jovens da aldeia foram os primeiros a participar do Projeto Arquearia Indígena no Amazonas



especiais. Um dos destaques é a kapara, espécie de tiara de madeira usada antigamente no Kambeba recém-nascido para a cabeça ficar chata e diferenciar a etnia das demais. O costume foi abandonado porque os padres católicos diziam que a crianças cresceriam “doidas”.

EVOLUÇÃO DOS TEMPOS

A “uakamaiu pitani” (“dança da arara vermelha”) celebra a fartura de comida na floresta. Na “dança do curupira”, os arcos empunhados pelos índios chamam o lendário protetor da mata e dos animais, que tolera quem caça para comer, mas atormenta pessoas que matam bichos e derrubam árvores por maldade. Nessa e nas demais celebrações, o grafismo pintado nas roupas e no corpo, na forma de losangos, simboliza a floresta, o céu, a terra e a água. E no dia a dia o valioso conhecimento sobre o poder das plantas se mantém nas receitas de dona Diamantina, sempre requisitada como curandeira da comunidade. Contra tosse e infecções, cinco pingos de andiroba, cinco de copaíba e um pouco de mangarataia (gengibre). Já o melhor remédio para um parto sem dor ou complicações para a mulher é “queimar a cabeça de uma paca seca, colocar na água e abafar”.

Foi o pouco que restou de uma cultura muito influenciada pelos impactos do passado e pela proximidade com os centros urbanos – entre os exemplos está a alimentação, hoje baseada mais em produtos industrializados

O uso do arco e flecha continua latente no imaginário indígena e agora se apresenta como instrumento de inclusão social e econômica

do que na caça e pesca. “Não dá para voltar atrás totalmente, mas em parte sim, e isso já é muito importante”, atesta Raimundo Cruz da Silva (o Kamberi, “homem guerreiro”), professor da Escola Ruka Kanata T-yua, na comunidade Três Unidos.

Lá são desenvolvidos projetos pedagógicos voltados à reconstituição da cultura indígena de modo geral – em 2014, o tema incluiu o arco e flecha. Raimundo revela: “identificamos que esse repertório se encontrava esquecido devido ao uso de espingarda e iscas artificiais”. A constatação ampliou os objetivos. A iniciativa de revitalização dos utensílios de caça e pesca envolveu também os adultos, induzidos à reflexão conjunta de outros desafios importantes, como a preservação da língua indígena e das comidas tradicionais. “O segredo está em associar um conhecimento ao outro”.

Tradicionalmente, os Kambeba não utilizam penas de animais em adornos; apenas sementes. E nunca andaram nus. Eles plantavam algodão para fazer roupas e redes de dormir. Hoje, o antigo povo, famoso pela defesa aguerrida de seus plantios e riquezas contra a cobiça de inimigos, adota como estratégia “o pensamento de valorizar o outro”. A desconfiança agressiva de um passado sob constantes guerras e impactos do contato com colonizadores foi substituída pela abertura, pela integração à sociedade não indígena.

Diálogo. “Sem deixar de lado as tradições, queremos acompanhar a evolução dos tempos”, afirma o professor Raimundo. Um desafio é lidar com as influências das redes sociais, das tecnologias digitais e das novas mídias, que – segundo ele – impõem barreiras para se reconhecer como índio. Mas, ao



29 🌿
Com o urucum, extraído de plantas nos quintais da comunidade Três Unidos, os índios preparam o pigmento para a pintura corporal que estampa grafismos simbolizando o céu, a terra, a água e a floresta





mesmo tempo, podem ser eficientes meios de derrubar mitos e ajudar a valorizar tradições, modernizando-as.

Reinvenção. Objetos usados na tradição milenar para guerrear e caçar têm grande potencial para se remodelarem e encontrarem um novo sentido como instrumentos de inclusão social e econômica mediante o esporte. Práticas como o uso do arco e flecha, mesmo irremediavelmente aposentado pela arma de fogo (*leia no capítulo 2*), continuam latentes no imaginário e na identidade indígena – sem contar que há tribos mais isoladas e de difícil acesso à munição, onde o antigo apetrecho é ainda o principal modo de obter alimento. Em síntese: a valorização e geração de conhecimento em temas como a cultura material produzem reflexos na autoestima e autonomia. E, assim, podem contribuir com o processo de garantia de direitos no atual cenário da questão indígena no Brasil.

Conforme levantamento do Instituto Socioambiental (ISA), há 703 terras indígenas cobrindo 13% do território brasileiro. São 247 povos, no total de 180 línguas e dialetos. De acordo com o Censo 2010, do IBGE, as diferentes regiões do País abrigam hoje 896,9 mil índios, 63,8% em reservas e 36,2% em cidades. Desde a década de 1980, quando a curva demográfica se inverteu, a população tem crescido de forma constante na maioria desses povos. Até a década de 1970 se projetava o contrário, tendo em vista o histórico de impactos e o contínuo conflito com o avanço da urbanização e das atividades econômicas.

O direito dos índios à terra é garantido pela Constituição de 1988 – reconhecimento do fato histórico de que foram eles os primeiros ocupantes do Brasil. Para se ter uma ideia

Cada povo indígena tem cultura e identidade próprias, compondo um patrimônio que se afirma pela diversidade e deve ser respeitado

da riqueza original da sociobiodiversidade brasileira, estima-se que na chegada dos colonizadores havia cerca de mil línguas faladas por algo em torno de 5 milhões de nativos no território conquistado. Esse patrimônio foi dilapidado ao longo dos séculos pelo contato com não índios que provocou mudanças no modo de viver e extermínio por conflitos armados, epidemias e escravidão. Os tempos mudaram, mas o caminho para a reparação do passado é longo e cheio de obstáculos. Hoje, apesar dos avanços legais e institucionais nas últimas décadas, ameaças, como a expansão da fronteira agrícola, a mineração, a exploração ilegal de madeira e o desmatamento, colocam em risco a efetivação dos direitos e a qualidade de vida das populações indígenas.

Os cientistas dizem que os atuais índios brasileiros se diferenciam a partir de uma longa história, iniciada há dezenas de milhares de anos antes da chegada dos europeus: uma saga que moldou culturas e também as relações entre os homens e entre eles e o meio ambiente. Dessa forma, mesmo sob a influência de não índios, os diferentes povos indígenas “mantêm suas identidades e se afirmam como grupos étnicos diferenciados, portadores de tradições próprias”, conforme análise que consta na publicação *Povos Indígenas do Brasil*, do ISA.

Conhecer e valorizar esse acervo são de-

safios para a Amazônia Legal, onde se concentra mais de dois terços da população brasileira de índios, no total de 422 áreas (63% do território). O destaque recai sobre o Amazonas, onde estão as maiores extensões de terras indígenas do País (23,5% do Estado), superiores ao tamanho de São Paulo e Paraná juntos. Em território amazonense são 167 mil índios, segundo o IBGE/2010. A forte presença indígena se explica em parte pela abundância de recursos e pela existência de grandes rios, cenário de incursões dos antigos naturalistas que registraram a vida e a cultura dessas populações. Muitos voltaram da epopeia trazendo na bagagem desenhos e relatos de um instrumento comum naquele cotidiano: o arco e flecha.

ACERVO DE SIMBOLISMOS

Ícones da luta pela sobrevivência. A rotina da caça e pesca e os costumes indígenas que vararam gerações na Amazônia foram registrados, por exemplo, pelo renomado naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, entre 1783 a 1792, na *Viagem Filozófica do Brasil*, abrangendo as capitânicas de Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Além de conhecer os povos e os recursos naturais da região, a missão dava suporte à estratégia do poder central para a demarcação das fronteiras e o povoamento da floresta como modo de coibir a ação de invasores, conforme a política adotada pelo Marquês de Pombal. Guardada na Universidade de Coimbra, em Portugal, a vasta coleção etnográfica resultante da expedição inclui aquarelas e desenhos dos antigos indígenas com seus adornos e utensílios.

O material foi compilado e reproduzido no livro *Memória da Amazônia*, edição portu-

sa comemorativa dos 200 anos da viagem do naturalista à região, que compõe o acervo bibliográfico do Museu Amazônico, pertencente à Universidade Federal do Amazonas, em Manaus. O local conserva peças da cultura material de diferentes etnias: estojos com ferramentas de caça e pesca, lanças, arcos, diferentes tipos de pontas de flecha e também zarabatanas, utilizadas para disparo de setas com veneno mortal através do sopro. “Como elemento essencial à subsistência dos povos indígenas ao longo da história, o arco e flecha constitui um dos principais itens da nossa reserva técnica, que tem 5 mil objetos de cerca de 30 etnias”, diz o restaurador Custódio Rodrigues Silva, o guardião que há 26 anos luta a duras penas para a conservação do acervo.

Símbolo da cosmovisão indígena. O valor cultural do arco e flecha vai além do aspecto material e da utilidade para a defesa e sustento. O objeto também se incorpora ao modo de ver o mundo, aos mitos, lendas, crenças e rituais, a partir de significados ocultos que moldam padrões de pensamento bem diferentes da lógica predominante na sociedade não indígena. “As flechas mobilizam emoções, sentimentos, subjetividades, e são vistas em algumas etnias como pessoas, como seres pensantes”, explica Miguel Aparício, pesquisador do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O antropólogo se dedica ao estudo do povo Suruwaha e sua cosmologia: no mundo em transformação concebido por eles, “os animais são ex-humanos, constituídos a partir de metamorfoses originadas em conflitos de sociedade”. A caça é uma atividade de excelência para esses índios, que vivem em situação vulnerável, somando 150 pessoas na região dos



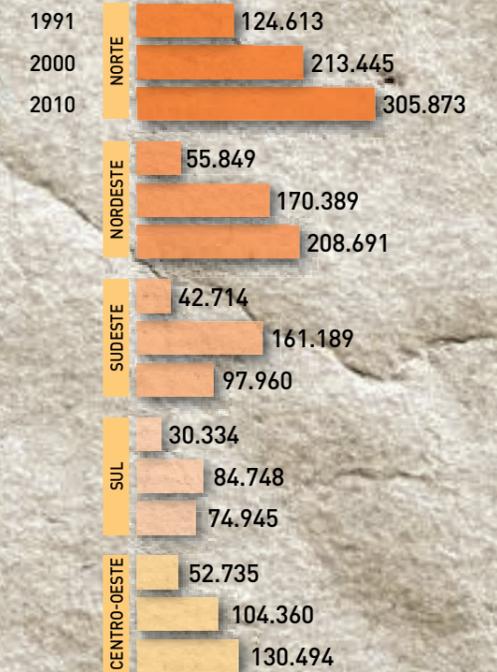
33A →
O trio Kambeba cresceu vendo os mais velhos que costumam usar arco e flecha para pescar quando o rio está mais seco e os peixes se toram alvos fáceis

33B →
Jovens do Rio Cuieiras são incentivados a buscar um novo significado para a antiga tradição

A AMAZÔNIA E A DIVERSIDADE ÉTNICA DO BRASIL

A calha do Rio Negro e seus afluentes reúnem diversos povos e foi cenário das primeiras expedições de caça-talento para o Projeto Arquearia Indígena no Amazonas

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO INDÍGENA



Fonte: Censos 1991, 2000 e 2010 | IBGE

TERRAS INDÍGENAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO POR ESTADO NA AMAZÔNIA LEGAL (em hectares)

UF	Área da UF	Terra Indígena	% TI sobre a UF	UC	% UC sobre a UF	% TI + UC
Acre	16.491.871	2.459.834	14,92	5.153.705	31,25	46,17
Amapá	14.781.700	1.191.343	8,06	8.956.712	60,60	68,66
Amazonas	158.478.203	45.232.159	28,54	34.988.921	22,08	50,62
Maranhão	26.468.894	2.285.329	8,63	1.419.324	5,36	13,99
Mato Grosso	90.677.065	15.022.842	16,57	2.078.887	2,29	18,86
Pará	125.328.651	28.687.362	22,89	31.532.987	25,16	48,05
Rondônia	23.855.693	5.022.789	21,05	4.887.414	20,49	41,54
Roraima	22.445.068	10.370.676	46,20	1.481.332	6,60	52,80
Tocantins	27.842.280	2.597.580	9,33	1.047.198	3,76	13,09
Total	506.369.425	112.869.914	22,29	91.546.479	18,08	40,37

Fonte: Instituto Socioambiental (ISA)

- Terras Indígenas
- BIOMAS**
- Amazônia
- Caatinga
- Pantanal
- Cerrado
- Mata Atlântica
- Pampa

Fonte: IBGE

Áreas do trabalho de campo em comunidades indígenas para a produção deste livro.



36A ↑
Setas de zarabatana ao lado do pote de curare, veneno que mata por asfixia. Ao centro, estojo Yanomami para transporte de objetos de caça e pesca. À direita, pontas de flecha e lança

36B →
Além das flechas, o índio registrado no século XVIII pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira usava narigueira como adorno

rios Purus e Juruá, no Amazonas. É também uma experiência de tensão, uma vez que, na filosofia da etnia, os bichos têm um componente humano.

Para os Suruwaha, os animais enxergam a flecha como uma serpente – e os diferentes



tipos de flecha são as diversas espécies de cobra. Trata-se de um mesmo objeto. Tanto assim que na língua da etnia existe apenas uma palavra para referenciar tanto o veneno da flecha (o curare) como o da cobra, conforme também ocorre na linguística de outros povos indígenas.

Dessa forma, atrelado a aspectos que vão da subsistência e defesa à cosmovisão e ao domínio do conhecimento tradicional, o arco e flecha é comum à tradição de muitas etnias, e assim retrata a sua diversidade. É elemento marcante na história do Brasil e do mundo (leia à página 60), um dos símbolos mais populares da cultura indígena. Por que não se modernizar no rastro da dinâmica de transformações e impactos – seja pelo encontro entre povos, seja pela evolução tecnológica – que faz parte da própria constituição de uma cultura?

“No caso dos encontros coloniais envolvendo os povos indígenas, os problemas maiores não foram oriundos das transformações em si, mas sim do preconceito, da não valorização

dos conhecimentos nativos e da violência estabelecida nas relações, com a expropriação de territórios”, analisa Deise Lucy Oliveira Montardo, pesquisadora do Instituto Brasil Plural, do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Amazonas.

UMA DÍVIDA A SER PAGA

A valorização de práticas emblemáticas, como agora acontece com a arquearia indígena revigorada como modalidade esportiva de alto desempenho, pode sem dúvida reduzir o desconhecimento e o preconceito da sociedade em relação aos povos indígenas. “Sentir orgulho dos saberes do seu próprio povo traz consigo uma série de positivities”, ressalta a professora. “Quando tem oportunidade de se manifestar, de colocar sua voz e mostrar seu talento, o jovem pode – juntamente com a prática do arco e flecha – expressar outros aspectos de sua cultura que não estão separados, como a relação harmoniosa com o meio ambiente e todo um universo de saberes as-



sociados à biodiversidade” (veja no capítulo 2). No dinâmico cenário de rapidez da informação e busca de soluções para um futuro mais sustentável (veja no capítulo 4), o arco e flecha encontra um novo e desafiador espaço de oportunidades, semeado pela FAS. Os olhares se voltam para Rio Negro e alguns de seus afluentes, palco de uma história de aprendizado contínuo, expectativas de vida e superação, conduzida por indígenas e antropólogos, professores e alunos, gestores públicos e empresas, treinadores e atletas. Drean, Nelson, Jardel, Gustavo, Graziela e Guibson, protagonistas de um caminho que está apenas no começo.

37 ↑
O Kambeba do século XVIII fazia roupas de algodão com grafismos muito semelhantes aos atuais. O adorno na cabeça tinha a função de deixá-la chata, como identidade da etnia

GALÁPAGOS E RIO NEGRO: O ELO ESQUECIDO¹

A teoria da evolução das espécies é um marco na história da ciência e segue válida até os dias atuais. Charles Darwin colheu evidências em viagens por todos os continentes do planeta, mas o Arquipélago de Galápagos, no Equador, foi o mais inspirador e se tornou a referência simbólica do seu trabalho.

Menos conhecido para os que não são especialistas em evolução é o trabalho de Alfred Russel Wallace, um inglês contemporâneo de Darwin. Os historiadores atribuem a Wallace um papel de coautor da teoria da evolução. Em 1858, ele endereçou uma correspondência para Darwin, sobre o conceito de “sobrevivência do mais adaptado”. Wallace disse que esperava que aquela descoberta, escrita depois de se recuperar de uma terrível malária amazônica, fornecesse o elemento que faltava para explicar a origem das espécies.

Ao receber a correspondência, Darwin ficou perplexo: “eu nunca vi uma coincidência tão chocante! Se Wallace tivesse visto o meu manuscrito de 1842, não poderia ter feito um resumo melhor! Os termos utilizados por ele fazem parte dos títulos dos capítulos do livro que estou finalizando!”.² Aconselhado por membros da Sociedade Linneana de Londres, Darwin encaminhou a carta de Wallace, em 1858, para leitura simultânea à dos documentos que ele mesmo havia escrito. Um exemplo de ética e cordialidade pode ser vista na troca de correspondência entre ambos. Darwin publicou o seu livro *On the Origin of Species by Means of Natural Selection* em novembro de 1859. Os historiadores atribuem aos dois o desenvolvimento independente e convergente dos pilares da teoria da evolução.

O Rio Negro, fonte de inspiração de Wallace, é o elo perdido da história da evolução das espécies. Ele nasce na Colômbia e adentra o estado do Amazonas como Rio Uaupés, na região conhecida como “Cabeça do Cachorro”, no município de São Gabriel da

Cachoeira, pouco acima da linha do Equador. Esse é o território Baniwa-Kuripaco. Foi essa região que inspirou Alfred Wallace.

Ele já havia viajado por diversas partes do mundo, mas foi o Rio Negro que deu as evidências que lhe permitiram escrever sua clássica contribuição denominada *On the Tendency of Varieties to Depart Indefinitely from the Original Type*, em 1858. Vale registrar que Wallace interagiu com outros dois naturalistas ingleses que também viajaram pelo Rio Negro no mesmo período: Henry Bates e Richard Spruce. A história desses naturalistas na região foi objeto de uma obra fantástica do historiador inglês John Hemming, *Naturalists in Paradise*, publicada em 2015.

O Arquipélago de Galápagos recebe anualmente 80 mil turistas atraídos pelas criaturas exóticas que inspiraram Darwin: tartarugas e iguanas gigantes, etc. São cerca de 80 mil turistas por ano, que pagam uma taxa de 100 dólares, resultando em uma arrecadação de 8 milhões de dólares por ano, além da economia dos serviços de hotelaria, alimentação e excursões. O turismo de natureza praticado naquele arquipélago contribuiu significativamente para reverter o processo de degradação ambiental que estava em curso naqueles frágeis ecossistemas. Hoje, Galápagos é uma referência internacional em conservação ambiental.

Um dos desafios da conservação da Amazônia é a valorização da floresta em pé, e o turismo é uma das alternativas. É chegada a hora de estruturar um programa de resgate do papel histórico do Rio Negro na teoria evolucionista e, com base nisso, alavancar um programa de turismo de base indígena e comunitária. Talvez isso pudesse representar uma alternativa de geração de renda para as comunidades indígenas e ribeirinhas que historicamente vivem nessa região e são profundas conhecedoras da sua fascinante biodiversidade.



39 🌿

O amanhecer no Rio Negro, com seus mais de 2 mil km, forma um cenário de extrema beleza e de indagações sobre o futuro

¹ Texto de Virgílio Viana.

² HEMMING, John. *Naturalists in Paradise: Wallace, Bates and Spruce in the Amazon*. Londres: Thames & Hudson, 2015. p. 307.



CENÁRIO EM TRANSFORMAÇÃO

A arte do armamento, a cultura da caça e as novas tecnologias





Na comunidade Três Unidos, no Baixo Rio Negro, a canoa navega no igapó até o início de uma trilha escondida na mata em local que representa a alta diversidade da flora, aproveitada na rotina indígena como fonte de remédios e de materiais para construir casas e fazer armas e artesanato. À frente do grupo, o jovem Orisvaldo – ou Wipi, “um” na língua Kambeba – caminha sorratamente na várzea à procura de uma árvore em especial: a paxiúba, palmeira de madeira boa, resistente e flexível na medida certa para a confecção do arco. Dependendo da região, o material pode também ser obtido de espécies como o tucum e o piquiá. “O segredo está no uso da plaina para se garantir uma envergadura uniforme”, revela o indígena, que aprendeu o ofício com o pai, hábil nas flechadas para a captura de aruanãs e outros peixes que se tornam alvos mais fáceis no período de seca.

O tamanho do arco varia conforme a altura da pessoa. A corda, fixada por um nó nas extremidades, é feita de curauá, imbirá ou outras fibras nativas, com eventuais emendas reforçadas por envoltórios decorativos. Já a confecção da flecha é determinada por fatores culturais e tecnológicos associados às diversas etnias, pelas finalidades do uso e pelo tipo e tamanho do animal a ser alvejado, entre outros pontos. A haste normalmente provém da taquara, uma das diversas espécies de bambu existentes no Brasil, e a ponta pode ser de diferentes materiais e formatos, de acordo com o objetivo. É comum usar como ponteira a própria madeira da flecha, mas também utilizam-se afiados dentes de macaco, ossos ou metais. “O metal da nossa flecha vem de vergalhão de ferro, apontado na pedra”, diz Orisvaldo, para quem “a tradição



40-41  Rio Cuieiras, rota frequente da lancha da FAS, é palco de intenso fluxo entre as comunidades

42-43  O arco e flecha foi o principal instrumento de defesa e subsistência das etnias amazônicas no passado

44-45  Nelson, Jardel e Drean: atletas indígenas que se tornaram ídolos na aldeia Três Unidos



arumã. Derramam água por cima, que dissolve os alcaloides e depois é recolhida numa panela de barro, submetida ao fogo lento por dois dias. Durante esse tempo, o índio não pode deitar-se na rede, mas deve se manter, sempre que possível, de cócoras ao lado do fogo. Para matar a fome, só deve tomar chibé (bebida fermentada de água com farinha), e jamais comer beiju, frutas ou qualquer alimento de origem animal. Caso contrário, o curare não terá efeito tóxico.

Por fim, realiza-se a emplumação da flecha: procedimento destinado a dar equilíbrio e controlar sua trajetória mediante o uso de penas de jacu ou mutum, por exemplo. Há três possibilidades: a fixação de duas meias penas paralelamente à haste, a aplicação de penas inteiras atadas pelas extremidades ou a combinação dos dois métodos – no total, as técnicas se desdobram em doze diferentes formatos de emplumação, com diferentes cortes das penas. É uma demonstração do conhecimento tradicional em aerodinâmica: “o material pro-

nunca morrerá”, apenas se transforma com o passar do tempo.

Em alguns casos, para que a arma se torne mais letal, a ponta da flecha é besuntada em curare – veneno obtido de plantas, especialmente variedades do gênero *Strychnos*, de ação paralisante, usado apenas na caça, nunca na guerra. Os Maku de Iauareté, no Alto Rio Negro, no Amazonas, ralam caule e raízes de várias espécies de arbustos e põem os fragmentos em um funil feito de folhas de

move o movimento de rotação para dar maior estabilidade à fecha no ar”, explica o físico Ennio Candotti, diretor do Museu da Amazônia, em Manaus – palco de exposições que incluem a cultura material indígena, como a que reuniu armadilhas e instrumentos de arremesso usados nas atividades de pesca no Alto Rio Tiquié, no noroeste do Amazonas. Na região, os peixes ocupam lugar central na cosmologia e na alimentação dos povos Tukano, dentro de um cenário multicultural fartamente pesquisado e descrito pela antropóloga Berta Ribeiro no livro *Índios das Águas Pretas*.

ARMA SILENCIOSA

Em seus escritos, a pesquisadora expõe o modo indígena de viver e pensar por meio da arte e das ferramentas e apetrechos utilizados no cotidiano. Nesse contexto, diz ela no livro *Índio na Cultura Brasileira*, “o arco e flecha é a arma universal do indígena. Mata a longas distâncias, como extensão do braço, silenciosamente”. Ao descrever essas características, a autora se refere ao que dizia o historiador Sérgio Buarque de Holanda sobre as vantagens do instrumento para os índios: “as alterações atmosféricas, as chuvas, a umidade não chegam a causar-lhes estorvo. Seu disparo não produz ruído, ou fogo, ou fumaça, com que se denuncie o atirador”.

A antropóloga, que acompanhou o marido Darcy Ribeiro nas pesquisas de campo com diferentes etnias antes de se exilar no Uruguai em 1964, dizia: “Dada a gravidade da ameaça que pesa sobre a população indígena e a ecologia da Amazônia, nenhuma instituição comprometida com o futuro do país pode eximir-se de tomar partido. A omissão significa complacência e cumplicidade”.

Se os povos xinguanos do Mato Grosso são exímios praticantes da pesca com arco e flecha e os Ashaninka do Acre utilizam a arma na preparação de jovens guerreiros, os Gavião Kykatejê, do Pará, praticam um exercício de lançamento de flecha em que o alvo é um habilidoso índio que desenvolve destreza e concentração capazes de parar a flecha com as mãos. No passado, os Guaiakuro do Mato Grosso do Sul e Goiás, já extintos, eram valentes guerreiros que atiravam com arco e flecha montados a cavalo.

Das vestimentas, cerâmicas e cestarias aos apetrechos de caça e pesca, a cultura material indígena reflete a riqueza natural, a economia e o estilo de vida – indicador do desenvolvimento tecnológico de um grupo humano. De fato, os valores associados ao tradicional armamento nativo vão além da habilidade de confeccioná-lo ou de utilizá-lo na caça ou guerra. Mais que peças de artesanato, o arco e flecha está repleto de conteúdo simbólico. “Em rituais, pode indicar status e poder político”, afirma Claudia Lopez, antropóloga do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), em Belém. Entre os Ka’apor, estudados por ela na região dos rios Xingu e Tocantins, Pará, o uso do instrumento é fruto dos ensinamentos de uma divindade cultural chamada “mair”. E nas suas aldeias os arcos são colocados de pé na frente das casas como para-raios, em respeito ao poder divino de controlar as tempestades.

Além de refletir o etnoconhecimento, o arco e flecha tem forte presença nos mitos, nos rituais e na cosmovisão indígena da Amazônia



“Apesar de toda interferência cultural, o hábito de flechar está muito presente nas brincadeiras das crianças no processo de incorporação do conhecimento tradicional”, avalia Lopez, também curadora da Coleção Etnográfica Curt Nimuendajú – famoso etnólogo de origem alemã que percorreu o Brasil em meio aos índios por mais de 40 anos. Entre as 15 mil peças da cultura indígena da Amazônia mantidas no MPEG, há arcos e flechas de diferentes tipos: algumas com pontas farpadas ou serrilhadas para pegar peixes; outras não apresentam extremidade pontiaguda e são específicas para atingir pássaros sem danificar a plumagem, com o objetivo de coletar penas destinadas à confecção de adereços.

Presente no acervo, a flecha Ka’apor tem ponta metálica esculpida a partir de facão velho e – para adquirir impermeabilidade – possui acabamento de fibras com cera de abelha e breu, uma resina natural da floresta. E carrega como detalhe uma semente de tucumã furada, que produz um assobio quando a flecha é lançada. O ruído tem a função de despistar o inimigo nas guerras e permitir que o projétil seja achado após o disparo.

FLECHADAS ESPIRITUAIS

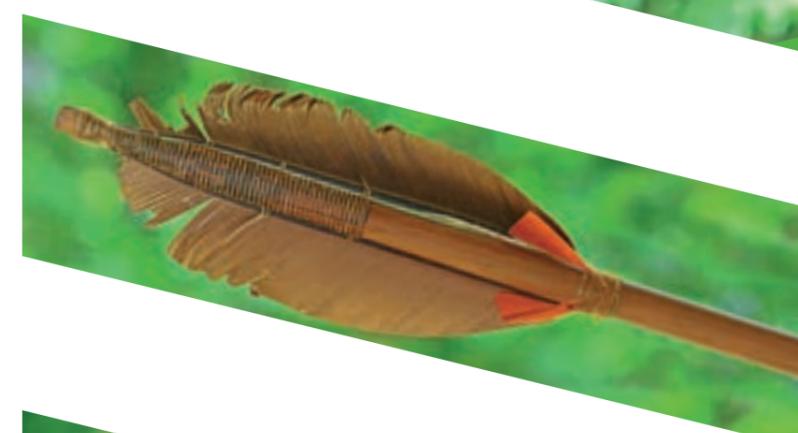
A pesquisadora indígena Suzana Primo, técnica que ajuda conservar a coleção, conta que na aldeia onde viveu – da etnia Karipuna, da região do Oiapoque (AP), fronteira com a Guiana Francesa – a arte da flecha é influenciada pelo domínio dos metais por grupos afrodescendentes, originários dos antigos mocambos (quilombos), que coabitam a área. Além da pesca com anzol, há flechas que variam de tamanho e podem inclusive ter ponta bifurcada conforme o peixe a ser

fisgado. “Podemos identificar um grupo indígena conforme os grafismos e os adereços da flecha e a forma de amarrar a ponta”, ressalta Suzana ao se recordar da vida na aldeia como filha do velho e respeitado cacique Karipuna.

Crenças e tradições que se conservam: “A mulher, principalmente na menstruação, não pode se aproximar da flecha para não dar ‘panema’” – isto é, mau agouro na caça ou na pesca. Ela se recorda das “flechadas espirituais”, do medo quando começava a chover forte e os mais velhos alertavam para o temporal de “flechas” que podiam atingir as pessoas, carregadas de energias ruins, “principalmente se as nuvens vierem do Ocidente”. Memórias do tempo de menina, quando ouvia as histórias da avó.

Ela busca na lembrança coisas esquecidas, como a lenda em que uma criança foi levada para o mundo do além por uma cobra enquanto nadava. O pajé mandou um papagaio gritar no buraco para atrair a serpente e surpreendê-la com flechadas. E assim aconteceu. O bicho morreu, mas a menina saiu das profundezas, contou para os índios toda a história do mundo encantado onde vivia e voltou para lá. “O que teria naquele outro lado de tão bom para viver?”, perguntou a pesquisadora, sem arriscar uma resposta. “Cobras, que antes eram gente, viram animais quando chegam ao nosso mundo”, lembra Suzana, reforçando o pensamento indígena de personificação dos bichos. “Nossas crenças perderam força, mas há um movimento de volta para valorização da cultura”.

A museóloga e pós-graduada em antropologia social Lucia Hussak van Velthem, também do Museu Emílio Goeldi, concorda: “Há uma reaproximação em curso envolven-





50 🌿
Como faziam pais e avós: jovens Kambeba mostram o pato selvagem que caçaram na noite anterior

do a gestão desse patrimônio com o desafio de torná-lo mais acessível e devolvê-lo aos povos indígenas, responsáveis pelo repasse do conhecimento entre gerações”. Em grande parte, analisa a pesquisadora, esse movimento de retorno tem sido motivado pelo interesse de jovens pesquisadores indígenas. Três deles, por exemplo, compõem sua equipe nos estudos com a etnia Wayana, no norte do Pará, fronteira com Suriname. Na mitologia desses índios, os objetos do cotidiano são todos corpos de seres que viveram em outras épocas. Eles dizem que não criam nada, apenas copiam o que já existia desde o tempo da “criação” – e tudo tem como ponto forte o diferencial da decoração.

Nesse contexto simbólico, a flecha é gente – mais precisamente, uma pessoa cega. Nos primórdios, a flecha (“pilau”, na língua nativa) caçava animais e matava jovens na floresta, até que um homem a encontrou e levou para a aldeia. Lá se tornou famosa porque alvejava vários porcos selvagens de uma vez só, até que um dia alguém descobriu que ela também matava gente. Para não causar mortes, ela própria mandou que a cegassem. “Assim, deixou de ser gente e virou flecha, passando a alvejar só um porco de cada vez”, conta a pesquisadora, ao pegar uma flecha Wayana na gaveta do acervo e mostrar o “olho”, simbolizado na decoração por uma pequena pena vermelha de tucano.



51 🌿
É comum a disputa para acertar alvos improvisados, como frutos nativos, brincadeira que se revitaliza com o sucesso dos atletas indígenas

“São saberes que devemos respeitar, porque esses objetos não somente são essenciais à subsistência, mas demonstram grande capacidade de reflexão sobre o mundo”. Van Velthem estuda a relação entre a arte e a cosmovisão indígenas, a interação entre o humano e o não humano. E hoje integra o projeto internacional Amazonian Museum Network, voltado à troca de conhecimento entre coleções da cultura material amazônica nos cinco países do Planalto da Guiana: Brasil, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. “Os índios fazem parte da contemporaneidade de um país pluriétnico; todos os modos de ser, pensar e fazer se transformam e isso não significa necessariamente abandono do

conhecimento tradicional”. A pesquisadora conclui: “As culturas assimilam novidades, mas a essência indígena não muda”.

RENOVAÇÃO

Não à toa, entre os Wayana o conceito de metamorfose se evidencia na transformação de lagartas em borboletas e na troca de pele das serpentes como sinal de imortalidade. Perpetuidade também levada a cabo pela transferência de conhecimento. A farinha de mandioca tão presente na mesa dos brasileiros, as redes de dormir, os grafismos incorporados à moda e ao trabalho de designers são alguns exemplos. Assim como a indústria de cerâmica olha para as técnicas indígenas de

manusear o barro, também a tradição do arco e flecha inspira versões tecnologicamente evoluídas do artefato, usadas em uma modalidade esportiva que exige alto desempenho – o tiro com arco *(veja no capítulo 3)*.

O drama humano de hoje está vinculado à perda dos sistemas de conhecimento sobre a floresta, transmitido de pai para filho

É um processo de transformações bem antigo. Pedras lascadas usadas há 9 mil anos como ponta de flechas ou lanças foram descobertas por arqueólogos na região do rio Tapajós, no Pará. No Brasil, estudos com artefatos desse tipo estão intimamente ligados às investigações sobre a origem do povoamento das Américas. Os primeiros vestígios do homem americano, de 13,5 mil anos atrás, foram achados na década de 1920 nos Estados Unidos. Depois foram encontradas pontas de pedra pré-históricas no Chile, Argentina, Colômbia e Venezuela, contemporâneas dos sítios americanos e esculpidas em diversos estilos. Isso indicava que provavelmente as descobertas anteriores não se refeririam à mais antiga cultura a se instalar no continente, enfraquecendo a tese de que o homem primitivo teria chegado às Américas vindo da Ásia cruzando o estreito de Bering no fim da Idade do Gelo.

Até hoje os pesquisadores se perguntam quanto tempo decorreu para que tribos originárias do Norte pudessem se espalhar pela América do Sul e construir um arsenal de projéteis tão diferentes. Teriam chegado de outros lugares, simultaneamente ou até antes das primeiras tribos paleolíticas da

América do Norte? Novos estudos brasileiros com pontas de pedra lançam luzes na questão. A arqueóloga Mercedes Okumura, do Museu Nacional da UFRJ, se concentrou nas pontas “rabo de peixe” e verificou que existiram não somente no sul do continente (Uruguai e Argentina), como se acreditava. No mesmo período – próximo de 13 mil anos atrás – projéteis parecidos foram utilizados também na Amazônia e no nordeste brasileiro. Em síntese: o estudo com ponteiras de flechas primitivas abre novas questões sobre a ocupação do território americano, as migrações e a existência de sistemas de troca.

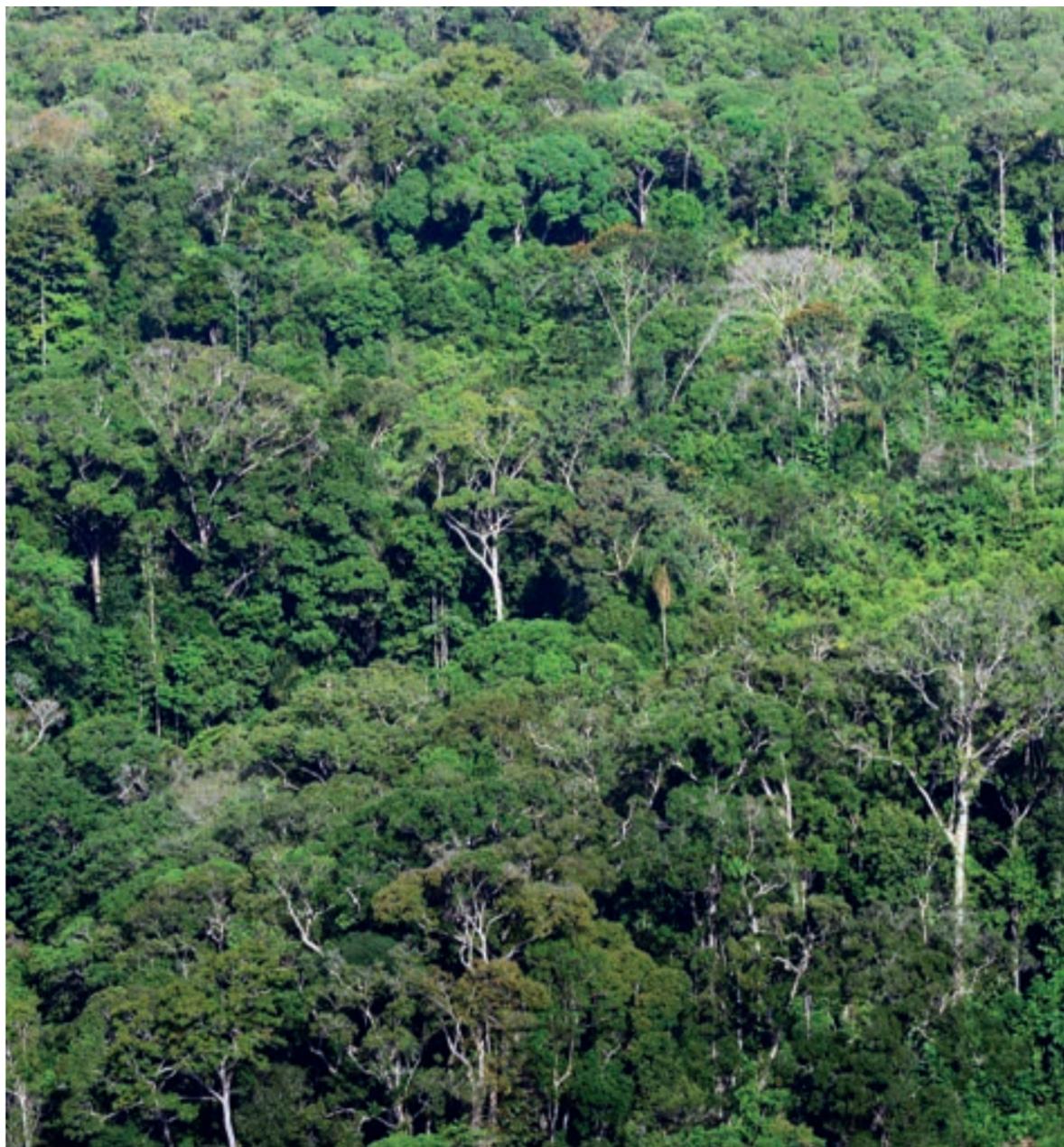
RESGATE CULTURAL

Desde o surgimento da tecnologia do arco e flecha *(veja mais à página 60)*, ocorreram mudanças, tanto nos materiais empregados quanto em seus usos, dentro de um determinado padrão de substituição por novos artefatos. No Brasil, a diversidade atual do armamento das etnias indígenas é retratada pelas peças existentes nas coleções etnográficas. Parte do material proveio de expedições científicas e do contato com populações indígenas, como as que precisaram ser deslocadas devido às grandes obras do governo militar nas décadas de 1960 e 1970 na Amazônia.

“Nas frentes de atração para o contato, os sertanistas colocavam painéis de alumínio, facões e outros objetos dentro das tapiris (pequenas tendas) na floresta e em troca os índios deixavam adornos e armas”, diz Ione Couto, coordenadora de patrimônio cultural do Museu do Índio, pertencente à Funai, no Rio de Janeiro. Entre arcos, flechas e outras armas, o acervo guarda 2 mil peças, inclusive grande quantidade de material comprado jun-



53 → Escalador de árvores, Drean adquiriu desde criança as condições físicas ideais para o desempenho como atleta de tiro com arco



54-55 🌳 ➡

Floresta retrata o patrimônio natural habitado por animais e diversas etnias que resgatam a tradição do arco e flecha





56 🌿
Para treinar a pontaria, os índios antigos colocavam na água uma folha dobrada como filtro de café, também usada para assobiar e chamar a caça

to aos índios. Um exemplo é flecha Tapiraré, da região do Tocantins, no estilo “espeque” – própria para pesca, com ponta de osso revestido com cera. O arco, preto, de pau-d’arco, tem penas de arara e gavião.

Nos dias atuais, vivencia-se uma expressiva tendência de resgate – não de métodos já ultrapassados, mas dos significados embutidos na diversidade de saberes. “Após o processo de conquistas de direitos básicos nas últimas décadas, como a demarcação de terras, a população indígena se volta para a cultura material como construção de identidade”, destaca Helena Pinto Lima, arqueóloga do Museu Goeldi. Em sua análise, busca-se a afirmação de que “não somos pejorativamente ‘índios’, mas diferentes grupos de índios”.

Há uma “explosão cultural”, associada ao contexto de resgate linguístico e crescimento populacional indígena. E o arco e flecha é

um dos seus instrumentos mais representativos. Tem forte relação com os animais e demonstra que o valor cultural não está apenas atrelado aos humanos. No entanto, a arqueóloga adverte: é preciso cuidado nos conceitos e rótulos, porque “a população em geral costuma associar o famoso ícone indígena à dependência da caça para sobreviver, quando na verdade inúmeros povos amazônicos das terras planas plantavam e praticavam o manejo da floresta para adquirir alimento”. O manejo incluía a domesticação e o melhoramento de espécies, até mesmo de bambus, como as tabocas extraídas para fazer flechas.

O arqueólogo Eduardo Góes Neves, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP), liderou escavações que recuperaram restos de plantas manejadas por antigas populações na Amazônia. Sistemas agroecológicos, com plantações de

ciclo curto e extrativismo, na linha da permacultura hoje em voga, eram estáveis e fixavam as populações, sem a necessidade de ocupar mais áreas com cultivos. Há cerca de 8 mil anos já se dominava o conhecimento, agora bradado por ambientalistas, cientistas e economistas, de que “estratégias econômicas baseadas na exploração de um único recurso não são sustentáveis”.

Todo esse patrimônio, diz Neves, está associado à diversidade linguística: “A atual distribuição de línguas envolve principalmente o modo de produzir e usar a floresta”. Para o arqueólogo, o drama humano de hoje está fortemente vinculado à perda dos sistemas de conhecimento sobre a floresta, transmitidos de pai para filho por meio da fala. É nesse contexto multicultural que o arco e flecha se insere como tradição herdada de um passado distante e elemento que acompanha o dinamismo das alternativas de sustento e da modernidade tecnológica.

ADAPTAÇÃO

Caçar com flecha requer maior conhecimento sobre a natureza e sobre o comportamento da biodiversidade para seguir rastros e cheiros e saber a hora mais apropriada para a ação. Já a espingarda exige menos destreza; costuma ser fatal, sem risco de fuga do animal. De fato, dizem os antropólogos, o modo de produção indígena foi influenciado tanto pela substituição das panelas de barro pelas de ferro como pelo uso da arma de fogo em lugar do arco e flecha – e nem por isso os velhos apetrechos desapareceram por completo. Isso se deve, em grande parte, ao seu valor simbólico.

A relação entre o antigo e o moderno se torna ainda mais desafiadora para etnias in-

dígenas tradicionalmente caçadoras, como os Awá-Guajá, da Amazônia maranhense, estudados pelo antropólogo Uirá Garcia, da Universidade Federal de São Paulo. Eles se dividem em três terras indígenas, no total de cerca de 500 pessoas – originalmente nômades, sempre à procura de novos mananciais de caça como garantia de sobrevivência.

Com a tecnologia e o contato com os não índios, o arco e flecha deu lugar à espingarda, que é bem-vinda e não apaga o simbolismo da tradição

Os Guajá não dominavam a agricultura e, por isso, costumavam ser hostilizados por povos vizinhos que cultivavam. Mas após o contato, na década de 1970, a Funai passou a ensiná-los a plantar mandioca para fazer farinha, além de apresentá-los à arma de fogo como forma mais eficaz de caçar. Apesar disso, o arco e a flecha continuam sendo praticamente os únicos artefatos produzidos no cotidiano dos Guajá. “O conhecimento acumulado sobre a caça e a floresta é fruto de uma histórica relação com o espaço, em um ambiente social onde as aldeias eram praticamente inexistentes, e as andanças pela floresta, uma constante”, escreveu o pesquisador em sua tese de doutorado sobre a etnia. Para ele, essa peculiar característica não se anulou com o atual processo de sedentarização. A farinha e a espingarda são bem-vindas, mas andar – e não plantar – é a maneira de encontrar a base de sua alimentação; “é a forma, por excelência, de viver”.

De fato, a caça está na alma dos Guajá. É o centro da vida e das conversas na aldeia. Além

de secundariamente coletar mel e frutos, eles comem diversos macacos, em especial guaribas, e também antas, cotias, pacas, jabotis. Os arcos são feitos de pau-d'arco e corda de tucum e são de tamanho relativamente pequeno, adequado para a captura de primatas – situação em que é necessário manusear a arma sob a copa de árvores. Confeccionadas pelos homens ainda na infância, as flechas têm diferentes formatos conforme a finalidade. Recebem banho de sangue e em seguida são defumadas para adquirir “raiva”. Na visão Guajá, por trás do arco e flecha e da atividade de caça existe um grande querer, uma “vontade mobilizadora” de matar animais. Tanto assim que em alguns casos a ponta do projétil apresenta ganchos como arpão, porque – segundo dizem – os macacos “são inteligentes o suficiente para arrancarem a flecha do corpo durante a fuga”.

A ARTE DO ENCONTRO

Apesar das influências dos novos tempos, a tradição se mantém juntamente com a espingarda, mais usada pelos jovens e empregada para a caça de animais grandes, como queixadas e antas. Trata-se de um bem bastante disputado; objeto de consumo que aumenta a dependência dos índios em relação à assistência da Funai, diante da necessidade de comprar munição e fazer reparos – e a falha no acesso pode ter impacto na falta de alimento.

Para alguns antropólogos, a questão deve ser tratada a partir do fato de que, nas cosmologias indígenas, as opções tecnológicas aparecem como possíveis escolhas; não são incompatíveis. “Assim como o uso do gravador de voz não implica no fim das práticas musicais, a arma de fogo não resulta no abandono do arco

e flecha”, ilustra a pesquisadora Deise Lucy Montardo, da UFAM. As tecnologias, em si, não têm agência. A escolha é feita pelos indivíduos que estão inseridos na cultura, com toda a sua visão de mundo. Um exemplo é a realização de obras cinematográficas por indígenas, com uso de câmera de vídeo, uma tecnologia que “encontraram” recentemente. As escolhas, os ângulos, o olhar são indígenas. E a tecnologia, do ponto de vista deles, já existia; o “encontro” é que se deu agora, sem mistério. “O mais importante é o que fazer com ela, e isso quem dita são a ética e a estética de cada povo”.

Os Kambeba da comunidade Três Unidos sabem disso. Hábil caçador, o jovem Ezequiel Carvalho (de nome nativo “Muimuia”, cobra) utiliza quase sempre espingarda, mas explica que a escolha da arma depende da situação: “flecha na floresta só durante o dia para caçar cotia ou aves”. Se errar, existe a chance de tentar outra vez. No caso da arma de fogo, “o barulho do tiro espanta a caça e todos os bichos que estiverem por perto”.

Para provar aos forasteiros a destreza, Ezequiel prometeu chegar no dia seguinte com um macaco, mas a caçada noturna rendeu um gorro tatu, logo entregue à mulher para alimentar a família. Ele tem acompanhado o sucesso dos rapazes da aldeia que participaram das seletivas do Projeto Arquearia Indígena, coordenado pela FAS, e hoje brilham como atletas de tiro com arco – uma história contada em detalhes nas páginas a seguir. Na época da seleção, o caçador não morava na aldeia, mas agora vê com orgulho o resultado das antigas brincadeiras de flechar peixinhos junto com colegas da escola que hoje moram em Manaus e, quando visitam a aldeia, chegam com objetos que se tornam comuns na cultura local: medalhas.



59 →

O caçador Kambeba Ezequiel volta do mato com o tatu para alimentar a família. A munição é comprada com a renda de sua taberna. E o arco e flecha ficou para o passado

PRESENÇA NA HISTÓRIA DA EVOLUÇÃO HUMANA

Estima-se que a tecnologia do arco e flecha tenha surgido no mundo na primeira metade do Holoceno (período de 11 mil anos atrás até os dias atuais), quando o homem adaptou as suas estratégias de obter alimento e seus modos de vida para explorar o novo ambiente formado após a era glacial. A inovação tornou-se chave para que as pessoas fizessem coisas além de suas capacidades físicas. Arcos e flechas se tornaram importantes porque permitiam acertar alvos distantes com menor esforço e maior precisão em comparação às lanças, já existentes há 70 mil anos.

O instrumento marcou presença em todo o mundo – da mitologia às guerras históricas, da luta dos indígenas pela sobrevivência ao esporte. O guerreiro mais antigo de que se tem notícia é **Ötzi (1)** – múmia de 5,3 mil anos achada por turistas em 1991, na fronteira da Áustria com a Itália. Junto ao corpo estavam a vestimenta, um estojo de flechas e um arco. O homem, um caçador de 30 a 45 anos, apresentava vestígios de ferimentos por flechadas que teriam ocorrido durante combate com guerreiros inimigos.

Na região da Dinamarca foi descoberto o arco Holmegaard, o mais antigo já estudado, datado de 9,2 mil anos. Como diferencial, tinha formato achatado para aumentar a eficiência do disparo. Ao longo do tempo, o armamento evoluiu junto com a inventividade humana.

No ano 3.500 a.C, os egípcios criaram um arco de guerra letal. Diferentes modelos foram achados em 1922, na tumba do **rei Tutancâmon (2)**, admirador do hobby desde menino. Ele caçava pássaros com frequência no delta do Rio Nilo, muitas vezes utilizando arcos de guerra maiores que ele próprio, capazes de fazer a flecha atingir a distância de 200 metros.

Por volta do ano 1.800 a.C, os assírios desenvolveram arcos especiais mais adequados para uso a cavalo. Bárbaros e mongóis também eram exímios na arquearia. Até a Idade Média, não havia arma mais eficiente.

Em meados do século XIX, sob a liderança dos **ingleses (3)**, que por séculos desenvolveram a prática entre seus soldados e monarcas, o arco e flecha tornou-se um esporte moderno.



1



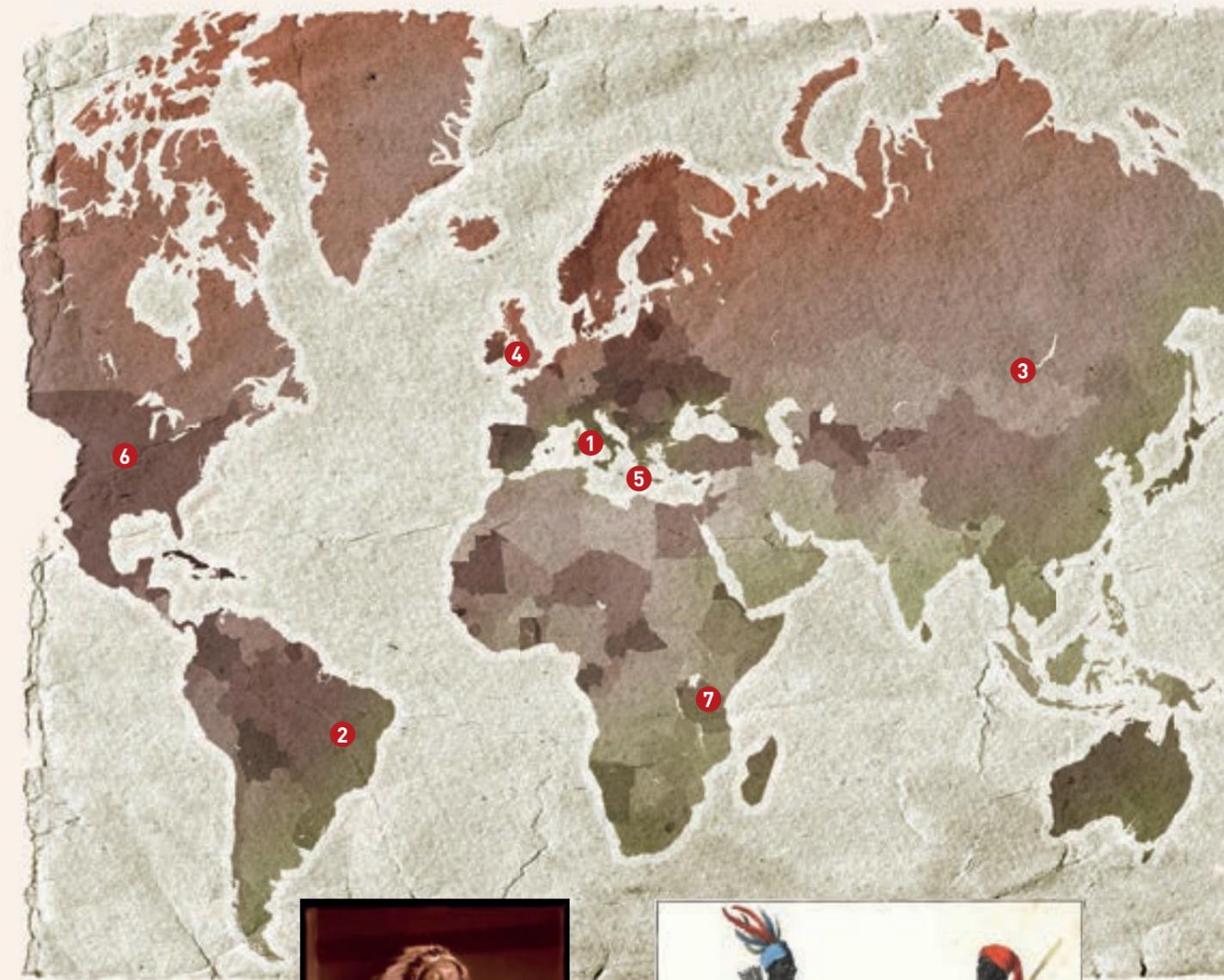
2

3



EXPRESSION MUNDIAL

A antiga ideia de tensionar um arco com uma corda para lançar uma flecha se traduziu ao longo do tempo em prática recreativa e esporte. Da mitologia à arte, o instrumento é símbolo cultural em várias partes do planeta



1



2

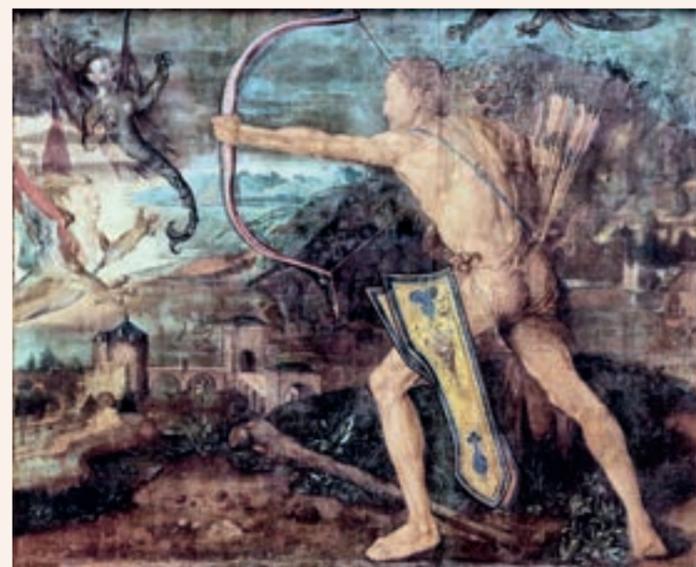


3

1. Diana, deusa romana da lua e da caça, representada por escultura do Metropolitan Museum. 2. Caboclo, índio civilizado, Jean Baptiste Debret. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* (1834-1839). 3. Arqueiro mongol do início do século XV. 4. Robinson Crusoe, lendário personagem do romance de Daniel Defoe, publicado em 1719. 5. Hércules, herói da mitologia grega, filho de Zeus. 6. Índio Crow, etnia americana originária do Yellowstone Valley. 7. Guerreiros Chagga, da Tanzânia, retratados no século XIX.



4



5



6



7

IMPACTOS SOBRE TRADIÇÕES E MODOS DE VIDA¹

O Brasil possui hoje 247 povos e uma população de cerca de 900 mil indígenas. Existem ainda mais de 107 grupos isolados, ainda não contatados ou de recente contato no interior da Amazônia. De maneira geral, a situação das populações indígenas do Brasil é muito ruim, infelizmente. Os elevados índices de suicídio em diversas etnias atestam de forma eloquente uma trágica realidade. A autoestima das populações indígenas é baixa, fruto do preconceito e exclusão social. Os índices de alcoolismo são elevadíssimos. O acesso à saúde e educação está entre os piores do país.

O contato com os europeus foi trágico para os povos originários das Américas, de norte a sul. Guerras de extermínio, escravidão e doenças dizimaram grandes parcelas das populações. Na Amazônia, estima-se que havia uma população de mais de 8 milhões de índios à época da chegada dos europeus. Mais de cinco séculos

depois, a população foi reduzida em cerca de 90%.

Além do impacto demográfico, a chegada dos europeus trouxe consequências trágicas para a cultura dos povos originários da Amazônia. A evangelização desses povos e a imposição dos valores culturais europeus foi parte de um projeto político de dominação e “domesticação” dos povos indígenas. Ao imporem a religião católica e, posteriormente, outros credos cristãos não católicos, os europeus e seus descendentes combateram ferozmente os rituais religiosos e os modos de vida indígenas.

As tradições eram consideradas as principais barreiras para a conversão dos índios ao cristianismo e sua integração à chamada civilização brasileira. Imbuídos da missão de integrar os índios à sociedade envolvente, os religiosos desenvolveram pesadas campanhas difamatórias contra as tradições indígenas (Luciano 2013, p. 67)².

Adicionalmente, a chegada de bens de consumo trouxe outros impactos sobre a cultura e os modos de vida indígenas da Amazônia. Esses bens tiveram impactos variados, alguns positivos e outros bastante negativos. Num extremo, poderíamos ilustrar os impactos negativos relacionados com o alcoolismo. Ainda que os povos indígenas conhecessem o álcool, especialmente com bebidas fermentadas a base de mandioca (exemplo: *caxiri*), o álcool teve – e ainda tem – um efeito devastador para muitos povos indígenas. Noutro extremo, positivo, podemos ilustrar os impactos relacionados com utensílios que facilitam o cotidiano, como o caso da faca, machado e anzóis de pesca.

Esses utensílios facilitam em muito a vida dos povos indígenas nas suas atividades de agricultura, caça, pesca e beneficiamento de alimentos.

Não há indivíduo ou grupo indígena com algum grau de contato que não deseje o acesso, o domínio e a apropriação de uma lista enorme de bens, tecnologias e valores do homem branco (Luciano 2013 p. 127).

É nesse contexto que deve ser entendido o processo de substituição do arco e flecha indígena pela espingarda para a caça; anzóis e redes para a pesca. Armas de fogo e anzóis foram, desde o início da colonização, moedas de troca utilizadas pelos europeus em troca de produtos, escravos e serviços prestados pelos índios. O interesse pelos anzóis e armas de fogo trazidas pelos comerciantes tradicionais da Amazônia, os regatões³, foi registrado pelos naturalistas europeus do século XIX (Hemming 2015).

Um grande número de indígenas da Amazônia não utiliza mais arco e flecha para caça ou pesca. Outra parcela usa de forma pouco frequente e esporádica. Uma pequena fração utiliza o arco e flecha com maior frequência do que espingardas, anzóis e redes de pesca em suas atividades de caça e pesca. O uso do arco e flecha entre os Baniwa, por exemplo, está cada vez mais raro, especialmente entre as comunidades próximas à sede do município de São Gabriel da Cachoeira (André Baniwa, com. pess.). Não encontramos em nossas pesquisas estudos quantitativos sobre esse tema. Trata-se de uma área de pesquisa merecedora de estudos acadêmicos específicos.

É importante notar que os povos indígenas, por meio de suas organizações de representação política, obtiveram importantes conquistas nas últimas décadas. Talvez a mais marcante seja a demarcação de terras indígenas, que hoje totalizam 115 milhões de hectares na Amazônia Legal, que correspondem a 23% da região. Outra conquista expressiva é a educação indígena, que vem conseguindo construir modelos inovadores de ensino, baseados na construção de pontes para o diálogo intercultural e a interculturalidade (Luciano 2013). O problema é que essas ainda são experiências pontuais.

As organizações indígenas buscam a construção de novos modelos de interação com a sociedade envolvente. Esses novos caminhos buscam valorizar suas tradições e, ao mesmo tempo, construir relações mais justas e saudáveis com a sociedade envolvente.

Os Baniwa vêm trabalhando o conceito de bem viver como um novo paradigma para seus programas e projetos de vida. Segundo Alíria Noronha, o bem viver é um conjunto de aspirações de um grupo social baseado nas relações de reciprocidade, solidariedade e partilha. No caso Baniwa, o bem viver está fortemente ligado à permanência na terra indígena, abundância de peixe e de caça, possibilidade de fazer muita roça, ausência de conflitos entre os comunitários, receber bem os visitantes, celebrar a vida comunitária em momentos festivos, respeitar a tradição, entre outros.

No contexto do bem viver dos Baniwa, valorizar a cultura e os modos de vida tradicionais é essencial para a construção do bem viver. Portanto, valorizar o arco e flecha tradicional deve fazer parte dessa estratégia (André Baniwa, com. pess., 2016).

Os Kambeba do Baixo Rio Negro fazem parte de uma etnia que chegou a ser dada como extinta. Houve um longo e difícil processo de resgate da língua, cultura e modo de vida, que continua em curso (Valdemir Kambeba, com. pess., 2016). Processo semelhante de resgate da identidade cultural pode também ser observado nas etnias Karapana e Baré do Baixo Rio Negro.

Os impactos do contato com os europeus e da evangelização sobre as tradições e modos de vida indígena da Amazônia fazem parte da história desses povos e não vão desaparecer abruptamente. Tampouco é possível voltar ao *modus vivendi* pré-colonial.

O movimento de valorização e, em alguns casos, de resgate da cultura e tradições desses povos é algo extremamente positivo. A valorização do arco e flecha é parte de um novo capítulo da história que vem sendo construída pelos próprios povos indígenas e com apoio de instituições parceiras.

¹ Texto de Virgílio Viana. ² LUCIANO, Gersem José dos Santos. *Educação para manejo do mundo: entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.

³ Os regatões são embarcações que navegam entre os portos das cidades, vilas e comunidades do interior do Estado, contendo secos, molhados, combustíveis e até eletroeletrônicos e eletrodomésticos, como verdadeiras lojas ou tabernas flutuantes, vendendo e comprando ou permutando gêneros e objetos de comércio pelas tribos, sítios, fazendas, fábricas, etc.

ARQUEIROS INDÍGENAS

Cidadania e autoestima: das aldeias para o alto desempenho no esporte







Algo novo e desafiador mobiliza esperanças e expectativas de famílias indígenas a partir de uma prática transmitida entre gerações. A tradição encontra a modernidade na paisagem do Rio Negro, palco inicial de uma história que mistura ousadia, paixão e firme disposição para a descoberta de talentos entre diversas etnias em meio à floresta amazônica. Uma aventura que exigiu a quebra de paradigmas e começou à base da fé e da coragem, com incursões rumo ao desconhecido. Prospecção de valores, relíquias. Chance de dias melhores, oportunidades. Na empreitada foram dezenas de viagens e muitas horas de barco no vaivém entre aldeias à caça de jovens habilidosos no arco e flecha, aptos a se desenvolverem como atletas de alto desempenho na modalidade esportiva do tiro com arco e um dia participarem das Olimpíadas.

“Por que não, se os índios crescem atirando flechas em alvos difíceis como meio de sobrevivência e apresentam dom inato para a prática?”, perguntava-se Marcia Lot, profissional especializada em “treinamento de mudança”, que de pronto aceitou o convite do amigo Virgílio Viana para o trabalho inicialmente voluntário de caça-talentos, apesar das dúvidas por parte de quem considerava a iniciativa uma “loucura”. Além da qualificação técnica, Lot já havia participado de olimpíadas e tinha o diferencial da vivência em mosteiro budista, em que o arco e flecha – numa versão específica do instrumento, não a usada pelos índios na floresta – é utilizado como estímulo à concentração para “acalmar a mente”. Mais que isso, a espiritualidade budista lida com o “desafio do impossível” – o que veio a se encaixar como uma luva ao projeto que começava.



66-67
Das aldeias para o mundo: arqueiros Jardel (à esq.), Graziela e Gustavo se destacam em torneios nacionais e internacionais

68-69
Na Vila Olímpica de Manaus, a rotina de treinamento exige dedicação para o bom desempenho como atletas de alta performance

70-71
O repertório motor dos indígenas, unindo força e equilíbrio, foi chave para se ganhar tempo e chegar rápido ao alto nível no esporte



72 🌿
Arqueiros Kambeba adaptam o silêncio da floresta à concentração necessária para o desempenho nas competições

Como se esperava, transformar arqueiros indígenas em atletas olímpicos não foi uma tarefa das mais simples. Envolveu logística complicada de viagens, contato com lideranças e famílias nas comunidades, mobilização dos jovens, desenvolvimento de método para a seleção dos mais promissores, adaptação ao moderno arco olímpico, transferência para treinamento em Manaus e articulação institucional para parcerias que garantissem os estudos e a qualidade de vida dos arqueiros na capital. “Não acho nada impossível; apenas difícil”, afirma Lot, ao ressaltar que o ambiente selvagem, desconhecido para ela, não foi um empecilho.

Por trás, havia um instigante objetivo: reparar uma dívida histórica da sociedade para com os povos indígenas, promovendo autoestima, cidadania e inclusão – motivação que inspirou Virgílio Viana, superintendente-geral da FAS, a idealizar o projeto e iniciar, em 2012, as primeiras consultas para levá-lo adiante (veja à página 98). Além do Baixo Rio Negro, nas proximidades de Manaus, a prospecção de talentos indígenas ocorreu também em aldeias de regiões longínquas banhadas por essas águas escuras, em São Gabriel da Cachoeira (AM), e em Tabatinga (AM), na fronteira com a Colômbia, no rio Solimões. No total, foram avaliados mais de 300 índios de 30 etnias para se chegar ao primeiro time de doze jovens, de 14 a 18 anos, que depois passou por nova peneira, ficando seis no final.

Foi um trabalho de descobertas e também de reflexões, como as despertadas pela frase de um pajé quando a treinadora apresentou o objetivo de conquistar medalhas: “homem branco leva ouro de índio; agora homem branco volta, devolve ouro pra índio”. O recado não poderia



73 🌿
Lidar com o arco olímpico e seus componentes exige técnica completamente diferente da adquirida na floresta para a caça com flecha

ser mais ilustrativo no contexto do processo histórico de ameaças à cultura indígena a ser reparado, nem tampouco mais desafiador às atividades que se tinha pela frente no projeto com os arqueiros que apenas começava.

MOTIVAÇÃO PARA O NOVO

Novas inspirações surgiram no contato com o cotidiano e o modo de vida das comunidades ao se constatar a força cultural do arco e flecha e o potencial para a tradição – simbolicamente, que seja – se transformar em alta performance no esporte. “A caça é praticada por instinto pelos índios desde muito jovens”, conta Lot ao lembrar que na floresta há uma “comunhão com o silêncio”, fundamental para o sucesso dos disparos.

Prospecção de talentos indígenas abrangeu as regiões dos rios Negro e Solimões e exigiu habilidade para apresentar os benefícios às aldeias

Não à toa, diz ela, treinadores coreanos que formam os melhores atletas do mundo na modalidade de tiro com arco testam constantemente a paz interior e a capacidade de concentração dos aprendizes. Dessa forma, a maior dificuldade em relação aos indígenas não estaria em fazê-los bons atiradores. “Se praticamente nasceram atirando, imagina se forem treinados?”. Essas e outras suposições, no entanto, estavam em etapa inicial de entendimento. Só mais tarde se teria uma ideia mais clara das vantagens e limitações.

Inicialmente, o desafio estava na conquista da confiança e do interesse dos jovens pela novidade que chegava às aldeias. Para esti-

mular a participação no projeto, foram realizadas pequenas competições locais, com medalhas para primeiro, segundo e terceiro lugares. “A estratégia surgiu depois que assisti pela primeira vez aos Jogos Indígenas e percebi que eles são muito competitivos, gostam de disputar uns com os outros, inclusive como brincadeira”, revela a caça-talentos. Além disso, diz ela: “Basta um deles, de maior liderança, experimentar e se envolver para que os demais também participem”. E foi o que aconteceu, com um detalhe motivacional: o fato de um deles ter acertado o centro do alvo logo nas primeiras tentativas serviu de grande estímulo para todos.

Aos poucos, quebrou-se a resistência inicial, mas havia adiante outra barreira a ser vencida pelos jovens indígenas: a adaptação à vida na capital, alojados na Vila Olímpica de Manaus. Foi necessário cuidado especial com o processo de inclusão social, dada a característica introvertida daqueles jovens, que em terra ainda desconhecida e de hábitos a eles estranhos restringiam a convivência ao grupo. Comportamento natural, frente o preconceito vigente na sociedade em relação a “ser índio” e a recorrente preocupação com as influências negativas da cidade grande, especialmente quanto a drogas e alcoolismo.

Durante quase um ano, os que obtiveram melhor desempenho na floresta fizeram três seletivas de dez dias cada uma em Manaus, com intervalos de um mês e meio entre elas, para a escolha de quem iria mudar de moradia para se desenvolver na modalidade esportiva. Com apoio dos treinadores da Vila Olímpica, FATARCO e equipe da FAS, os atletas superaram o período de transição



74 →

Após as provas seletivas, os jovens de melhor desempenho se transferiram para Manaus e iniciaram uma nova vida entre treinamento, escola e lazer



76 🌿
Rotina na floresta: os irmãos Graziela e Gustavo, atletas Karapanã, mostram o “cabeçudo” capturado pelo pai para o almoço

e se integraram a uma rotina diária de treinamentos e aulas na escola ou faculdade, com o auxílio de bolsa de estudos, além do lazer nas horas vagas e – quando possível – da visita às famílias nas aldeias em finais de semana.

“Foi um processo desafiador e de riqueza muito grande”, atesta a professora Maria de Fátima Brito Durães, coordenadora do curso de Ciências Contábeis da Faculdade La Salle de Manaus – instituição católica que se caracteriza pela inclusão, acolhimento e desenvolvimento integral da pessoa. Inicialmente, os professores e colegas de turma foram engajados por meio do diálogo sobre

a importância do projeto para a projeção do Estado e para a disseminação da cultura indígena. Todo o grupo abraçou a causa.

Em fevereiro de 2014, os irmãos Graziela e Guibson Paulino dos Santos, atletas de tiro com arco e índios Karapanã do baixo Rio Negro, iniciaram Ciências Contábeis: “escolha muito interessante, tendo em vista a intenção de voltarem às suas comunidades com possibilidades concretas de apoio ao desenvolvimento local”. Tímidos de início, tiveram acompanhamento pedagógico individual em algumas matérias. Logo demonstraram possuir como característica a tenacidade, disciplina e foco nos objetivos, questões bastante



trabalhadas nos esportes de alto rendimento. Já no sexto período letivo, estavam em igualdade de condições com os demais alunos.

A INCLUSÃO FOI NATURAL

“Hoje, torcemos em cada disputa, vibramos a cada conquista. As vitórias deles são vitórias de toda a turma”, afirma a professora Fátima. “Independentemente das escolhas que fizerem na vida, da profissão que escolherem, do local onde morarem, essa identidade cultural deve os acompanhar sempre. Ser indígena, para além das roupas, línguas e costumes, é possuir a consciência da identidade, reconhecendo-se como parte do grupo de origem

e difundindo sua cultura onde quer que vá.”

Na aldeia Nova Kuanã, às margens do Rio Cuieiras, onde vive a família dos irmãos atletas, as crianças crescem brincando de arco e flecha, cabo de guerra, canoagem, natação, corrida, arremesso de lança, futebol, vôlei. Sobem no açazeiro. E na competição de cunhã-poranga é escolhida a menina mais bonita da comunidade, aquela que na tradição encanta o coração dos guerreiros indígenas. Em meio a essa potencialidade, Graziela, de nome nativo Yaci, “lua”, foi a primeira mulher selecionada para o time do Projeto Arquearia Indígena: “Na escola, junto com as lições para recuperar a língua materna e o artesanato, comecei a atirar

77 🌿
Rotina no Centro Olímpico em Manaus: perto 500 tiros por dia e treinos de intensidade com competições entre eles, além de exercícios para aprimorar os movimentos

com arco para brincar, por causa do que se falava sobre os jogos indígenas, e acabei ficando.”

Seu plano é ir longe e manter posição entre os primeiros do ranking brasileiro. “Não é um sonho impossível; basta um pouco mais prática, porque em dois anos já chegamos ao nível dos melhores competidores com experiência de cinco e até dez anos”, diz Graziela. Em 2015, a atleta indígena conquistou o 1º lugar no Campeonato Brasileiro de Tiro com Arco, na categoria Adulto/Dupla Mista. E também o 2º lugar na categoria Juvenil/Dupla Mista e o 3º lugar na categoria Juvenil/Individual. Qual a tática para o bom resultado? “A lembrança da vida na comunidade”; dos banhos de rio, das brincadeiras no mato. E também das histórias antigas – boas e ruins – que chegam aos mais novos.

A etnia teve um passado doloroso. “Meus pais sofreram muito preconceito e não passaram a cultura para os filhos com medo de que

o mesmo ocorresse com eles”, conta a cacique Dircy Paulino, mãe dos jovens da aldeia que se destacam no tiro com arco. Na década de 1970, após trabalhar como escravo em seringais e ser resgatado de lá pela Funai, o pai migrou de São Gabriel da Cachoeira (AM) com a família para morar com os índios Yanomami. Depois foram embora para Manaus e, em 2003, acharam uma terra para viver na APA do Rio Negro. Hoje com 15 famílias, a aldeia luta para recuperar tradições perdidas do povo Karapanã. Como resultado do movimento de valorização indígena iniciado pelo governo na década de 1980, a escola local ajudou no resgate da língua, nomes indígenas, danças. E agora o arco e flecha se revitaliza no rastro das conquistas dos atletas da aldeia. É fonte de autoestima e estímulo para quem há pouco tempo se sentia enfraquecida: “sem a origem, não sabemos o futuro que podemos ter”.

78 ↓

Dircy, cacique Karapanã e mãe de três arqueiros, não quer que os filhos e os netos sofram o preconceito que levou seus pais a negar a identidade indígena



O papel dos índios arqueiros é fundamental. “Por eles e em nome das transformações positivas que estão acontecendo hoje, temos grande responsabilidade em não deixar o que restou acabar”, ressalta a cacique Dircy, enquanto coloca o almoço à mesa: um ensopado de “cabeçudo”, um tipo de tartaruga comum na região, capturada pelo marido Alfredo, filho de nordestino, responsável pela confecção dos arcos da família. Nas prateleiras da casa, troféus do Campeonato de Peladas do Amazonas: “Artilheira – Gabriela”. “Melhor goleira – Dircy”.

No entanto, a fama atual não está no futebol e sim no tiro com arco. O prestígio dos atletas gerou esperanças para a chegada de novos projetos e oportunidades e renda. “Servimos de inspiração para mostrar que é possível manter a identidade vivendo fora da aldeia”, aponta Gustavo Paulino, filho da cacique e um dos atletas indígenas de melhor performance

do grupo que treina tiro com arco em Manaus. Em 2015 e 2016, destacou-se em competições da Costa Rica, Argentina e Guatemala, e chegou ao quarto lugar das Américas. E tem planos quando concluir o curso de Educação Física: “ajudar que jovens de outras comunidades amazônicas tenham acesso a esse esporte, pouco conhecido no Brasil apesar da popularidade do velho arco e flecha.

A brincadeira de flechar paca e cotia junto com os irmãos na aldeia Karapanã, ou de mirar alvos a 10 ou 20 metros sem maiores pretensões na floresta, se transformou em algo bem mais sério e desafiador, que exige extre-

“Não é um sonho impossível; basta um pouco mais de prática, porque em dois anos já chegamos ao nível dos melhores competidores”

79 ↑

Graziela estuda Ciências Contábeis para ter um futuro de oportunidades e contribuir com o desenvolvimento do seu povo



80 🌳
 Guibson, o irmão mais velho entre os atletas Karapanã, tornou-se assistente técnico da equipe treinada na Vila Olímpica

ma dedicação e manuseio de arcos modernos e potentes, bem diferentes dos nativos, para a flecha atingir 70 metros. Neste caso, em lugar da caça gorda e boa, o reconhecimento vem das medalhas. Um dos companheiros de Gustavo nas peripécias na aldeia, o irmão mais velho, Guibson Paulino, ou Wyrâuassu ("gavião", na língua indígena), participou dos testes para integrar o grupo de arqueiros do projeto mantido pela FAS e parceiros, mas na época não podia conciliar a dura rotina de treinamento com o antigo trabalho em tempo integral. Tempos depois, a situação mudou. Com olhar tão acurado quanto o da ave de rapina que inspirou seu nome, o indígena vi-

sualizou com astúcia o caminho. Conseguiu vaga no curso de Contabilidade e oportunidade de salário para participar da equipe do projeto como auxiliar técnico, morando na Vila Olímpica junto com os demais atletas. "O alvo agora é Tóquio", diz ele, referindo-se aos próximos jogos, em 2020.

No Rio Cuieiras, os Karapanã ficam a 20 minutos de lancha da comunidade Três Unidos, dos Kambeba, de onde vieram outros três jovens atletas do Projeto Arquearia Indígena no Amazonas. "Foi a chance que faltava", ressalta a dona Marina, zeladora do núcleo da FAS na comunidade e mãe do arqueiro Jardel Cruz, que nunca tinha ido para a capital e lá iniciou o

curso técnico em Enfermagem paralelamente aos treinos, com bolsa-auxílio do projeto. O rapaz aprendeu a caçar e pescar com o pai antes de a família se transferir da aldeia onde morava, no Rio Uarini, região do Solimões, local de fartura onde os peixes são presas fáceis em águas rasas, durante a estiagem.

OS TEMPOS MUDARAM

Agora, com arco moderno em punho, Jardel é ídolo do irmão caçula, Daniel, de 10 anos, que o vê viajar pelo Brasil e outros países, e deseja seguir os mesmos passos. "A melhoria da vida na comunidade vai depender muito da gente", reconhece o atleta ao lembrar que

após o projeto chegou o ensino médio, com o apoio da FAS (leia no capítulo 4), e mais turistas desembarcam para conhecer a aldeia e comprar artesanato.

Seus pais advertiram que não queriam decepção, nem para a família, para a aldeia ou para os que convidaram para o treinamento em Manaus. Não deu outra. Logo na primeira competição representando o Amazonas, a equipe do atleta foi a segunda melhor do País, atrás do time do Rio de Janeiro. A experiência inicial foi surpreendente. Incluiu, é lógico, certo grau de nervosismo, mas o medo maior recaiu no lado adversário diante da temerosa expectativa da disputa com índios – no imagi-

81 🌳
 Na floresta, os olhos atentos não deixam escapar a caça. No treinamento, Jardel capricha na mira usando aparelhos modernos



82

Nelson recebe bolsa de estudo para se qualificar em uma das melhores escolas de Manaus: "o projeto abriu nossa cabeça"

nário popular, exímios no arco e flecha.

Um dos que mais impressionaram foi Nelson, mais conhecido como Inha. Em 2013, aos 13 anos, o indígena venceu o campeonato brasileiro estudantil (categoria Infantil), o primeiro que disputou, após alguns dias de treino na aldeia e somente uma semana de testes com o arco olímpico para iniciantes, em Manaus. "Foi quando comecei a me interessar pela ideia", conta o arqueiro, exibindo no pescoço o inseparável colar de dentes de jacaré. Nos treinos com a seleção amazônica, colocou metas para melhorar força, concentração e técnica de modo a fazer tiros melhores e se aproximar do recorde brasilei-

ro, de 680 pontos de um total de 720.

Sair da aldeia e ganhar o mundo abriu sua cabeça, mas antes foi preciso quebrar a resistência do pai, receoso quanto aos males da cidade grande. "Normalmente somos muito fechados, mas nas competições fizemos novos amigos e aprendemos a conversar com maior abertura, também nas redes sociais", revela Inha. "Descobrimos como o Brasil é tão diverso".

Diversidade contrastante com a histórica exclusão dos povos indígenas submetidos à expropriação territorial, escravidão, interdição linguística e a outros itens de um longo rosário de violências desde a colonização.

Um dos casos mais emblemáticos é o da etnia Baré, os "senhores do Rio Negro". "Era comum pegar chuva no trabalho forçado com filho e fardo de piaçava nas costas", conta Ugulina Garrido, "mulher sorridente", no nome indígena, ao se lembrar de quando o pagamento se dava em comida e da exploração que obrigou sua família a fugir da região de Santa Isabel (AM) para o Rio Cuieiras. O marido, Jonas, "ainda bom na flecha" e dono de uma prole de 46 netos e onze bisnetos, é o mais velho morador da aldeia Nova Esperança, cenário do trabalho de caça-talento do Projeto Arquearia Indígena.

Não raro os netos se aglomeram ao redor

para ouvir histórias do avô. Um deles, Madison Garrido, participou dos treinamentos e seletivas na Vila Olímpica: "o arco e flecha estava esquecido, só usado nos festejos do Dia do Índio, mas passamos a olhar para ele de maneira diferente". No retorno para a aldeia, alguns fizeram arcos nativos incorporando suporte para flecha e outros detalhes que viram nos olímpicos. Mas o uso é simbólico. "Ninguém mais caça dessa forma porque os animais estão cada vez mais raros e ariscos", justifica o indígena Baré, funcionário da base da Polícia Federal na região.

Manuel Melo, o Kauim, "cachaça", conheceu de perto as diferenças do arco moderno,

83

A aldeia Nova Esperança, dos índios Baré, no Rio Cuieiras, é servida por energia de gerador a óleo. A vida melhorou. Mas, como diz o próprio nome, o lugar espera mais. A etnia é uma das mais impactadas pela perda de identidade



as posições do corpo e os movimentos necessários para o tiro nas competições. Mas manteve o antigo plano de ser engenheiro ou jogador de futebol como o ídolo Neymar. Sonhos que se misturam aos da sociedade não indígena. “Há resistência de se reconhecer como índio”, admite Maike, de nome indígena Tukura, “gafanhoto”. Para ele, é preciso insistir na preservação da cultura, o que na aldeia tem sido tentado por meio da arte, da dança. “A experiência nos treinos de tiro com arco em Manaus mostrou que existe um outro mundo e que podemos alcançá-lo”.

VENCER PRECONCEITOS

Há registros de que os Baré e seus ancestrais já ocupavam há milênios a calha do Rio Negro, região de expressiva diversidade cultural e linguística no passado remoto. Por viver ao longo do rio, rota da expansão econômica, esse povo foi o primeiro a manter contato com os colonizadores e a receber seus impactos. O processo histórico de interferência cultural, que dramaticamente incluiu a perda da língua original, resultou na dissolução de sua identidade junto a outras comunidades indígenas e comprometeu a percepção deles a respeito de si mesmo. Se não são mais índios e não podem ser considerados brancos, quem seriam então os Baré? “Não são nada; são o que mais convém ao outro dizer o que eles são”, escreve Eduardo Viveiros de Castro, antropólogo do Museu Nacional da UFRJ, no livro *Baré – Povo do Rio*.

A obra é resultado de um projeto de documentação desenvolvido pelo SESC sobre a capacidade de resistência desses indígenas e o esforço por reinventar-se, vencer preconceitos e dar novos significados à sua cultura. A exem-



84-85 →
Maike (à esq.),
Madson, Thiago e
Manuel participaram
das provas seletivas
promovidas pelo
Projeto Arquearia
Indígena na aldeia
Nova Esperança

plaridade dos Baré, enfatiza Viveiros de Castro, consiste em inverter o estereótipo, mostrando ao chamado “povo brasileiro” que ele é “uma multiplicidade tanto patente como latente de povos em estado de variação contínua”.

Na análise do antropólogo, publicada no livro, “no Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é. E quem não é? Aqueles que a feitiçaria capitalista e a máquina colonial conseguiram transformar em ‘pobres’, ou aqueles que querem fazer os pobres um pouquinho menos pobres, justo o necessário para que eles possam, como bons trabalhadores de um país que vai para a frente aceleradamente, comprar o ce-

Acesso à tecnologia pode ajudar etnias no resgate cultural e na valorização de ícones indígenas, como o arco e flecha, a partir de novas visões e significados

lular ou o televisor que importamos da China. Mas antes que consigamos transformar todos os índios do mundo em pobres, os pobres terão se retransformado em índios. O mundo está mudando, e não na direção que os herdeiros intelectuais dos séculos XIX e XX imaginavam. Os Baré estão aí de prova”.

Dados como extintos até 1990, eles hoje representam a décima população indígena do país. A luta por direitos territoriais e a valorização cultural reverteram o processo no qual eles próprios se chamavam de caboclo ou mestiço, somente para não se identificar como índio. A relação com a tecnologia compõe o dilema Baré, uma vez que a sociedade em geral identifica pelas carências aqueles que não se reconhecem como parte da ideologia que unifica tudo, segundo observa o ensaísta

argentino Guillermo David, um dos coautores do trabalho de documentação sobre a etnia.

Carentes de condições para o uso de tecnologias que transformam a natureza em função de suas necessidades, “os índios seriam apenas aqueles que se mantêm como tais ao conservar seus estilos tecnológicos primitivos”, enfatiza David. “Mas acontece que o índio não fica quieto: é curioso, indaga, testa, interage com o mundo e, entre outras coisas, adota tecnologias.”

Na comunidade Terra Preta, reduto Baré à beira do Rio Cuieiras, o professor Arnaldo Yarumare, habituado a lidar com os sonhos dos meninos e meninas locais, sabe bem o que isso pode significar: “a mesma tecnologia que muitas vezes afasta os jovens das aldeias também pode incentivá-los a valorizar a identidade e a cultura”. É verdade. Basta digitar no Google para se conhecer a atual realidade da etnia e os costumes que ela tenta recuperar, como a lenda do “mira mboia”. Nela um homem solteiro foi raptado por mulheres guerreiras que viviam nas margens do Rio Negro com a obrigação de engravidar todas elas e depois ser morto. Mas ele se apaixonou por uma “tipa” (menina bonita), com quem fugiu e teve filhos, dando origem ao povo Baré.

Entre os antepassados, o arco e flecha constituía objeto sagrado, que em alguns casos precisava ser construído em jejum. “Foi praticamente minha única diversão quando adolescente, porque televisão só existe na aldeia de dez anos para cá”, afirma Rafael Fernandes, cacique da comunidade. Hoje, quando o gerador de energia não está ligado, a bola de futebol é o maior atrativo. Mas o Projeto Arquearia Indígena semeou outra possibilidade: “o que antes significava meio



87 →

Manuel conheceu os segredos do arco olímpico nos treinos em Manaus e voltou para a aldeia Baré com o sonho de ser engenheiro



88 
O treinador Aníbal Forte zela pela adaptação do atleta ao arco moderno

de obter alimento e manter a vida, hoje se remodela como esporte, um novo modo de sobrevivência". Para o cacique, "a porta foi aberta e ninguém pode fechar". Um dos jovens da aldeia, Felix (ou Kurumim Wanguera, "menino magro") teve a chance nas seletivas do projeto, mas acabou não atingindo a pontuação mínima e voltou a morar na comunidade, livre de regras e do rigor dos treinos, para ajudar o pai na roça e na produção de artesanato. "Quando vejo na televisão o sucesso dos que ficaram no grupo, tenho vontade de tentar outra vez", conta o rapaz na esperança de nova oportunidade nesse esporte, praticado no mundo faz muito tempo.

Depois que os chineses descobriram a pólvora, no século I, e começaram a utilizá-la para fins militares no século X, o arco e flecha deixou de ser arma nos campos de batalha (*leia mais à página 60*). A partir de 1840, a arquearia começava a se tornar um esporte moderno, com a criação da Grand National Archery Society, no Reino Unido, e a padronização das regras chegando aos Estados Unidos em 1911.

A primeira participação do tiro com arco nas Olimpíadas da era moderna ocorreu em Paris, em 1900, ficando até 1920. Depois de décadas de ausência, retornou ao maior evento esportivo do mundo em 1972 e permaneceu até hoje.

Na Coreia do Sul, onde a modalidade é popular e os jovens são preparados nas escolas desde muito cedo, os atletas estão hoje entre os maiores medalhistas olímpicos. No Brasil, a novidade chegou na década de 1950, trazida de Portugal pelo comissário de bordo Adolpho Porta, criador da Confederação Brasileira de Tiro com Arco. E a primeira prova em território nacional ocorreu em 1955, no Rio de Janeiro.

Concentração, força, equilíbrio. Palavras de ordem para quem se dedica a melhorar o desempenho e superar limites nos disparos da flecha. "Entre os requisitos, resistência física e repertório motor são os diferenciais do sucesso dos atletas indígenas", diagnostica Aníbal Forte, treinador que acompanha o time de jovens que saíram das aldeias na perspectiva de uma vida melhor por meio do esporte. As vantagens físicas são inegáveis e em grande medida provêm de hábitos da floresta, como andar à procura de caça, remar nos rios e igarapés e escalar árvores.

A capacidade inata dos índios, expressa numa genética altamente favorável à destreza no tiro com arco, se traduz no elevado nível de força relativa – relação entre o máximo peso que um atleta consegue levantar e seu peso corporal. "Eles apresentam índice cerca de 50% superior à média dos concorrentes, sem o reforço de treinamento ou prática de musculação", informa Aníbal. Ele integra o Projeto Arquearia Indígena desde o seu início, quando foi assistente do primeiro treinador, Roberval Santos, que mais tarde se desligou da equipe. "Os bons resultados do tiro dependem muito do batimento cardíaco controlado para não interferir no movimento do braço".

Devido a essas pré-condições naturais dos atletas, foi possível intensificar o ritmo de trei-

namento para se chegar mais rápido ao nível atual de excelência. Assim, em menos de uma semana de treino em Manaus veio a medalha de campeão, logo na primeira competição oficial do grupo, em 2014, e daí em diante foi uma sucessão de conquistas (*leia às páginas 98 e 99*). Ao longo do tempo, os atletas foram instruídos a adotar métodos para economizar energia e para vencer um desafio tão importante quanto a força física: o aspecto psicológico. O foco deve estar centrado no momento presente do disparo – e não no passado ou no futuro, "porque quando a flecha sai já não há como mudar nada", diz Aníbal ao lembrar que a tranquilidade na floresta nem sempre ajuda os indígenas na competição de alto rendimento. É preciso concentração máxima. "A falta de costume com o barulho da cidade e problemas que interferem no equilíbrio mental e na atenção podem atrapalhar."

Após uma única semana de treinamento, Nelson Moraes, o Inha, venceu o campeonato brasileiro escolar e mostrou o potencial indígena

Se algum atleta do grupo é calmo e frio, outro já fica nervoso diante de um tiro ruim, e há aqueles que rendem bem no treino, colocam toda a expectativa nisso, mas não mostram igual desempenho nas competições. Outros se incomodam com situações externas, como a presença de câmeras de filmagem. O emocional pesa. Exige constante vigilância, pois faz toda a diferença no tiro com arco. Tanto assim que os melhores atletas do mundo na modalidade, a exemplo dos coreanos, são submetidos a uma intensa carga de treina-



mento psicológico para a concentração. “Perdemos por um ponto a vaga para a disputa da seletiva olímpica visando os jogos de 2016”, conta o treinador, ao enfatizar que o aprendizado até o momento permite prever ótimas possibilidades para os atletas indígenas rumo às Olimpíadas de Tóquio, em 2020. Equipes de filmagem do Japão já frequentaram treinos dos índios na Vila Olímpica de Manaus para registrar segredos que possam ser incorporados aos preparativos de seus atletas.

ROTINA PESADA

Apesar dos atributos físicos indígenas, adquiridos por hábitos culturais e pela relação deles com o meio ambiente, a iniciação com arco e flecha nas aldeias para brincar, caçar ou pescar é apenas um referencial simbólico e instintivo. “Tecnicamente, não contribui com o desempenho do tiro com arco, esporte que utiliza instrumento moderno bastante diferente do nativo e exige todo um processo de adaptação e disciplina para novos aprendizados”, ressalva o treinador.

Para isso, os atletas indígenas cumprem uma rígida rotina de treinamento na Vila Olímpica de Manaus, onde são alojados, com apoio da Secretaria de Estado da Juventude e Lazer do Amazonas. Em síntese, as atividades diárias começam às 7h30 com uma hora e meia de musculação na academia, duas vezes por semana. A partir das 9h, praticam tiro com alvo a uma distância de 70 metros, até 11h30. Após o almoço, às 15h se inicia o treino especial de “volume de tiro”, com 300 a 400 disparos, incluindo flechadas de curta distância (10 metros) para o desenvolvimento de técnicas de largada, firmeza do braço do arco, liberação e alinhamento de corda, por exemplo,



90-91 ←
O treinador Aníbal Forte constatou de perto a performance do tiro com arco nos Jogos Rio 2016: “o objetivo agora são as Olimpíadas de Tóquio, em 2020”

92-93 →
O treino como atleta envolve o desenvolvimento do aspecto psicológico, em especial a concentração, fundamental para o tiro com arco

até às 16h30. Os sábados são reservados para corrida e “treinamento de intensidade”, no qual os atletas competem entre si, realizando entre 180 e 200 tiros com objetivo de acertar o centro do alvo ou pontos mais próximos dele de modo a fazer a maior pontuação possível.

RUMO A TÓQUIO

“Apesar dos bons resultados, temos ainda muita coisa pela frente”, lembra Aníbal, que nos Jogos Rio 2016 frequentou o treinamento de equipes relevantes no tiro com arco e trouxe de lá uma série de aprendizados e novos objetivos para o grupo sob a sua tutela no Amazonas. As estratégias se integram ao plano de ampliar o Projeto Arquearia Indígena em 2017 para abranger 25 atletas de 14 a 17 anos. Como suporte à expansão, que também exigirá uma nova etapa do trabalho de caça-talentos em comunidades (leia no capítulo 4), o governo estadual prometeu construir um centro de treinamento específico para a modalidade, com estrutura moderna, em condições bem mais adequadas que as atuais.

“Queremos fortalecer a modalidade mais associada à identidade cultural do interior, gerando reflexos na valorização de outros esportes, como a canoagem, beneficiando também caboclos ribeirinhos, além dos indígenas”, afirma Ricardo Marrocos, secretário executivo da Secretaria de Estado da Juventude, Esportes e Lazer.

“Trata-se de uma das modalidades mais difíceis que existem, e ter chegado entre os grandes nomes nacionais é um importante feito”, avalia Carlos Galindo, presidente da Federação de Tiro com Arco do Amazonas. São várias categorias, com diferentes tipos



94-95 →

A coleção de medalhas da família vai aumentar com as vitórias do arqueiro Jardel, na aldeia Kambeba, Rio Cuieiras



de arco, e o de maior dificuldade é o recurvo, que requer mais treinamento. Já o “arco composto”, de duas roldanas, desenvolvido na década de 1960 pelos Estados Unidos para a Guerra do Vietnã, tem mira telescópica e é potente e preciso. “Para além do talento, o diferencial está na motivação, na vontade dos atletas indígenas.”

Personagens de uma história que está apenas no início. Protagonistas como o arqueiro Drean, ou “lagoara”, que no idioma Kambeba significa “cachorro”, hábil ao farejar a novidade que a vida lhe apresentava no início de 2013, quando tinha 16 anos e sequer sabia o que era uma Olimpíada. Após descobrir o potencial de ser um bom atleta, substituiu o arco nativo pela versão moderna usada nas grandes competições.

Vieram as medalhas, a projeção na mídia, e muita coisa mudou em sua rotina. “Já foi uma honra para todos chegar tão longe e rápido”, aponta o indígena ao revelar que o sonho não acabou. Muito pelo contrário. Além do projeto olímpico, seu plano é montar uma escola de tiro com arco na sua aldeia, a Três Unidos, no Baixo Rio Negro, para levar aos mais jovens a mesma oportunidade que teve. E também o aprendizado, as lições de um esporte em que a perfeição nos detalhes é decisiva.

Para Drean, sair da comunidade e mostrar lá fora o potencial indígena é por si só uma grande história. Mas ainda é pouco; falta devolver aos “parentes” algo mais além do que se pode alcançar com o prestígio. E esse legado está no conhecimento, na experiência, na firme vontade de mudar, de tentar. Na percepção de que, na busca por acertos, o equívoco faz parte: “quando erramos uma flecha, basta esperar, porque logo vem outra”.

96-97 ←
Arqueiro Drean, de nome indígena lagoara (cachorro), planeja montar uma escola de tiro com arco na aldeia para beneficiar outros jovens da região

MARCOS DE UM PROJETO VISIONÁRIO

2012

Agosto

Virgílio Viana idealiza um projeto de valorização cultural e inclusão social por meio da formação de atletas indígenas em tiro com arco.

Setembro

Contato inicial com a treinadora Marcia Lot para o desenvolvimento do projeto a partir do zero, sem recursos e com trabalho voluntário.

Novembro

Apresentação da ideia à Federação Amazonense de Tiro com Arco (FATARCO), que avaliou ser impossível realizar a façanha, considerada muito ousada também por potenciais patrocinadores do projeto envolvendo indígenas.

Primeiras conversas com SEJEL, SEIND, COIPAM, COIAB e FUNAI

2013

Fevereiro

Início do trabalho voluntário de caça-talentos na região do Baixo Rio Negro (AM). Na aldeia Kambeba foi realizada a primeira etapa seletiva com a organização de competições locais para se conhecer o perfil dos pretendentes a uma vaga no time de arquearia indígena.

Março

Criação da Escola Floresta Flecha pela FAS, que se torna membro da Federação de Tiro com Arco do Amazonas.

Abril

Seletivas revelam os primeiros talentos indígenas. Trabalho ganha reconhecimento após a primeira reportagem na TV sobre o treinamento na aldeia. São realizadas novas viagens de prospecção no Baixo Rio Negro.

Junho

Realizada visita de caça-talentos nos Jogos Indígenas. Forma-se o primeiro time de doze jovens arqueiros do projeto, abrangendo etnias do baixo Rio Negro.

Julho

Primeira viagem dos doze arqueiros a Manaus para treinamento na Vila Olímpica com o técnico da FATARCO. Reconhecimento das reais possibilidades dos indígenas.

Agosto

Segunda viagem de arqueiros para treinamento na Vila Olímpica. Assinatura de acordo entre a FAS e a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude do Amazonas para apoio logístico aos atletas.

Setembro

Projeto Arquearia Indígena no Amazonas é apresentado ao Ministério do Esporte para aprovação em lei de incentivo.

Outubro

O projeto é tema de reportagem no programa Fantástico, da Rede Globo, e ganha notoriedade nacional e internacional. O assunto chega aos dirigentes da Confederação Brasileira de Tiro com Arco. O trabalho de caça-talentos tem continuidade nas aldeias.

Novembro

Os indígenas do grupo participam do Campeonato Brasileiro Escolar e ganham medalhas de ouro. Dentre eles, Nelson de Moraes, um jovem de 13 anos, lidera o ranking nacional.

Dezembro

O projeto recebe patrocínio do grupo Bemol/Fogás. Inicia-se a segunda etapa, prevendo trabalho de treinamento não mais voluntário, expansão da busca por talentos em outras regiões e transferência dos arqueiros para uma nova vida em Manaus, com acesso à escola.

2014

Fevereiro/março

Mudança de oito atletas para o alojamento da Vila Olímpica de Manaus. Realizada viagem para o Alto Solimões e o Alto Rio Negro para identificação de potenciais novos arqueiros de outras etnias, com apoio da Secretaria do Estado para os Povos Indígenas e FUNAI. São obtidas na escola La Salle cinco bolsas de estudo aos jovens arqueiros.

Abril/maio

Diante das primeiras barreiras para a vida dos arqueiros indígenas na cidade, foi necessário reforçar o propósito da inclusão social e ajudá-los a se manter em boas condições. Os treinamentos são aperfeiçoados com equipamentos doados pelo Ministério do Esporte.

Junho

O projeto recebe apoio de diferentes instituições ligadas ao governo estadual, ao esporte e à questão indígena. Jovens indígenas continuam participando de etapas estaduais de tiro com arco e se destacando.

Agosto/setembro

Ministério do Esporte aprova o Projeto Arquearia Indígena sob lei de incentivo. Indígenas recebem novos uniformes, calçados e mochilas, conforme padrão oficial de atletas de alto rendimento.

Outubro/novembro

Jovens indígenas viajam para o Rio de Janeiro, onde se hospedam em hotéis e participam de treinamentos e competições nacionais, com conquista de medalhas. Quatro deles são convidados para treinar com os atletas da seleção brasileiras de tiro com arco na base de Maricá (RJ).

Dezembro

Arqueiro indígena Drean, da aldeia Kambeba, é convocado pela seleção brasileira de tiro com arco e vira notícia em horário nobre da televisão.

2015

Janeiro

No período de treinos no Rio de Janeiro, o arqueiro Drean tira título de eleitor e passaporte e abre a primeira conta bancária. Técnico convida o indígena Nelson para treinar por um mês na seleção brasileira.

Março/dezembro

Atletas indígenas permanecem participando de torneios nacionais e internacionais com bom desempenho, mas não atingem índice necessário para participar dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

2016

Desenvolvem-se os preparativos para o Projeto Arquearia Indígena II. No segundo ciclo, o objetivo é ampliar o número de atletas, regiões e etnias beneficiadas, incluindo povos indígenas que se destacam por iniciativas de valorização cultural, como é o caso dos Baniwa, no Alto Rio Negro. A meta agora é a Olimpíada de 2020, em Tóquio.

7º Campeonato Brasileiro de Base/Maricá - RJ (10/2014)		
Nelson Silva de Moraes	Ouro	Individual Masculino Infantil
Graziela Paulino dos Santos	Bronze	Individual Feminino Juvenil
Drean Braga da Silva	Bronze	Equipe Mista Juvenil
8º Campeonato Brasileiro de Base/Maricá - RJ (10/2015)		
Gustavo Paulino dos Santos	Prata	Individual Masculino Juvenil
Drean Braga da Silva	Bronze	Individual Masculino Juvenil
Nelson Silva de Moraes	Bronze	Individual Masculino Cadete
Graziela Paulino dos Santos	Bronze	Individual Feminino Juvenil
Drean Braga da Silva	Ouro	Equipe Mista Juvenil
Gustavo Paulino dos Santos e Graziela Paulino dos Santos	Prata	Equipe Mista Juvenil
Campeonato Brasileiro Adulto/Goiania (11/2015)		
Nelson Silva de Moraes e Graziela Paulino dos Santos	Ouro	Equipe Mista Adulto
Guatemala/Guatemala (03/2016)		
Gustavo Paulino dos Santos	Prata	Equipe Masculina Juvenil
Drean Braga da Silva		
Phoenix/USA (04/2016)		
Nelson Silva de Moraes	Bronze	Individual Masculino Cadete
San José/Costa Rica (05/2016)		
Gustavo Paulino dos Santos	Bronze	Individual Masculino Juvenil
Drean Braga da Silva	Bronze	Individual Masculino Juvenil
Nelson Silva de Moraes	Prata	Equipe Masculina Juvenil
Gustavo Paulino dos Santos	Bronze	Equipe Masculina Adulto
Drean Braga da Silva	Bronze	Individual Masculino Cadete
Nelson Silva de Moraes	Prata	Dupla Mista Adulto
Drean Braga da Silva	Prata	Dupla Mista Juvenil
Nelson Silva de Moraes	Ouro	Dupla Mista Cadete
3º Campeonato Sulamericano - Porto Iguazú /Argentina (07/2016)		
Gustavo Paulino dos Santos	Prata	Individual Masculino Juvenil
Gustavo Paulino dos Santos	Ouro	Equipe Masculina Juvenil
Drean Braga da Silva		
Nelson Silva de Moraes	Prata	Equipe Masculina Cadete
42º Campeonato Brasileiro Adulto/Campinas - SP (11/2016)		
Gustavo Paulino dos Santos		
Drean Braga da Silva	Bronze	Equipe Masculina Adulto
Jardel Cruz Gomes		
Gustavo Paulino dos Santos	Prata	Equipe Mista Adulto

O Projeto Arquearia Indígena no Amazonas é fruto da parceria entre FAS, SEJEL, FATARCO, COIPAM, COIAB, SEIND, e FUNAI, com BRADESCO, BEMOL/FOGÁS e LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE (patrocinadores), e Centro Educacional LA SALLE e Faculdade LA SALLE, VALGROUP, LATAM e ACCOR (apoio).

VALOR INTERCULTURAL¹

O envolvimento de jovens indígenas como atletas de tiro com arco pode ser descrito como um diálogo intercultural. Trata-se de uma cultura tradicional – o arco e flecha – dialogando com um esporte olímpico moderno – o tiro com arco. A modalidade permite uma competição menos desigual com os não índios. Se, por um lado, os jovens índios têm maior familiaridade com o arco e flecha desde criança, por outro lado, os concorrentes brancos têm mais acesso a clubes e espaços de prática esportiva com infraestrutura e equipamentos modernos – além de melhores serviços de saúde, educação, etc. Esse encontro mais justo e equitativo é uma oportunidade para os índios mostrarem seus talentos.

Do ponto de vista dessas populações, é uma oportunidade de valorizar uma tradição que vem perdendo espaço no cotidiano. O tiro com arco dá um novo status social ao arco e flecha, atraindo a atenção dos jovens indígenas, cada dia mais interessados nas modernidades da sociedade envolvente. Ao valorizar o arco e flecha, valoriza-se o saber etnoecológico relacionado com a caça e a pesca tradicional.

Ao valorizar o talento dos jovens indígenas, o tiro com arco contribui para reverter um problema sério: a baixa autoestima e a desesperança. Isso está ligado aos elevados índices de suicídio observados em locais como São Gabriel da Cachoeira, a cidade com a maior proporção de indígenas do Brasil.

Muitas vezes, imagino o que se passava na cabeça dos jovens indígenas que se suicidaram na cidade de São Gabriel da Cachoeira. Além dos seis suicídios consumados, houve, entre outubro e dezembro de 2005, segundo dados do hospital local, 20 tentativas feitas por jovens indígenas com idade de 10 a 18 anos (...). Eles certamente

tinham ideais de vida assumidos com base no que lhes era oferecido pela sociedade ou pela televisão: formação profissional, mulher e casas bonitas, família estruturada. Todo dia, no entanto, tinham que conviver com o oposto disso: família desestruturada e falta de dinheiro e comida, sem conseguir a casa bonita e as garotas desejadas, pois a concorrência com os brancos ou com quem tem dinheiro é desigual e desleal. E o que é mais grave, com o passar do tempo: perceberam que seus ideais, nas condições e oportunidades que desfrutavam, simplesmente não eram realizáveis.

Não por acaso, nas cartas que deixaram para seus familiares, alegaram insatisfações com suas próprias vidas [Luciano 2013 p.65].²

Foi nesse contexto que nasceu o Projeto Arquearia Indígena no Amazonas, idealizado como uma iniciativa capaz de contribuir para elevar a autoestima desses povos³. A iniciativa foi fruto de uma longa convivência com a realidade e os desafios com os povos indígenas de diversas etnias da América do Sul, Central e do Norte. A gota d'água para dar o pontapé inicial foi a proximidade da Olimpíada Rio 2016. Seria possível um projeto para conquistar o ouro, a prata e o bronze olímpicos com jovens indígenas?

A resposta que obtivemos foi totalmente negativa e desencorajadora: os arqueiros do tiro com arco que chegavam às finais dos campeonatos internacionais tinham pelo menos seis anos de treinamento e, em alguns casos, mais de dez anos de prática do tiro com arco. Apesar disso, iniciamos o projeto com uma proposta simples e ousada: conquistar medalhas em um prazo recorde.

O começo do projeto foi com base na “estratégia su-tiã”, utilizada pela FAS, sob a inspiração do educador



101 🌿

Início de uma longa história: a caça-talents e treinadora Marcia Lot e o treinador Roberval ao lado dos atletas indígenas, em seletiva de tiro com arco na APA do Rio Negro, setembro de 2014

Tião Rocha: meter os peitos e ir em frente! O começo foi movido apenas pela força de uma ideia original e da determinação de fazê-la exitosa. Começamos sem recursos financeiros, com uma amiga voluntária, Marcia Lot, que é especialista em treinamento emocional de atletas e com grande e diversificada experiência como treinadora espiritual de pessoas. O talento e a dedicação de Marcia Lot foram ingredientes essenciais para o sucesso do projeto. Diante da falta de recursos, o deslocamento foi feito com carona nas voadeiras⁴ que iam fazer outras atividades da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) no Baixo Rio Negro. Foi assim, aos trancos e barrancos, na base da *guerra é guerra*⁵, que o projeto deu os seus primeiros passos.

Como que inspirado pelos deuses indígenas, o Projeto Arquearia Indígena foi colhendo diversos apoios que foram se mostrando fundamentais ao longo do tempo. A Secretaria Estadual de Juventude, Esportes e Lazer (SEJEL), liderada pela então secretária Alessandra Campelo, ofereceu o apoio da infraestrutura da Vila Olímpica de Manaus, onde os atletas indígenas puderam ficar hospedados, com alimentação, local de treinamento e instrutores. A Federação Amazonense de Tiro com Arco (FATARCO) trouxe o apoio institucional no relacionamento com a Confederação Brasileira. Como resultado disso, criamos, em março de 2013, a Escola de Arquearia Floresta Flecha – a primeira do Amazonas e uma condição para a federalização dos atletas.

¹ Texto de Virgílio Viana. ² LUCIANO, Gersem José dos Santos. *Educação para manejo do mundo: entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.

³ VIANA, Virgílio. Arco e flecha indígena: ouro olímpico e autoestima. *Diário do Amazonas*, Manaus, 22 ago. 2013.

⁴ Termo usado na Amazônia para barcos de alumínio com motor de popa.

⁵ Expressão usada entre os colaboradores da FAS para enfrentar os inúmeros desafios de transformar ideias em fazimentos na Amazônia profunda.

Numa segunda etapa, a FATARCO gerenciou recursos de um projeto preparado e articulado pela FAS, com apoio da Lei do Esporte. A Secretaria Estadual dos Povos Indígenas (SEIND), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Coordenação dos Povos Indígenas do Amazonas (COIPAM) e a Coordenação dos Povos Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) deram apoio institucional e valiosas recomendações para o sucesso do projeto. A Organização Indígena da Bacia do Rio Içana (OIB I) deu apoio fundamental para conhecer o conceito de bem viver e o modo de vida Baniwa no Alto Rio Negro/Rio Içana e, ainda, para plantar uma semente da arquearia na Escola Pamáali. O Projeto teve também o essencial apoio de diversos financiadores: o Grupo Bemol/Fogás, o Banco Bradesco e o ValGroup, além da LATAM, Accor e das Escolas La Salle, que forneceram bolsas de estudo de nível médio e superior para os atletas participantes.

Ao envolver diretamente organizações da sociedade civil, governos e empresas privadas por meio dos incentivos da Lei do Esporte, o Projeto Arquearia Indígena, coordenado pela FAS, conseguiu agregar profissionais de alto nível do tiro com arco, como os treinadores Roberval dos Santos e Aníbal Forte.

O Projeto deu os primeiros passos de uma longa jornada para a valorização do arco e flecha indígena na Amazônia. Não se trata de tarefa simples. Trata-se de reverter um processo de substituição de instrumentos tradicionais (arco e flecha, zarabatana, etc) por instrumentos da sociedade envolvente (espingarda, anzóis, redes de pesca etc). É também um processo de reversão da perda de conhecimento etnoecológico associado à caça e pesca, repassado oralmente de geração a geração. O desinteresse de muitos jovens indígenas pelos saberes tradicionais compromete esse processo de transmissão de conhecimento. Como reverter esse quadro?

A Escola Pamáali, coordenada pela OIBI, com apoio de diversos parceiros e fruto da liderança de pessoas como André Baniwa, é uma iniciativa inspiradora e com muitos resultados positivos. A Escola Pamáali tem professores indígenas, que ensinam uma combinação inovadora de conhecimento científico dos não índios com sabedorias e tradições indígenas. É um caso que se encaixa no conceito de interculturalidade e interculturalidade no sentido apresentado por Gersem Baniwa (Luciano 2013). A Escola ensina cinco idiomas: Baniwa, Koripaco, Nheengatu, Português e Espanhol, e já formou quase 200 jovens no ensino médio.

A Escola Pamáali é parte de um movimento de valorização da identidade cultural Baniwa e está planejando incluir a arquearia no seu programa de ensino, numa parceria com o Projeto Arquearia Indígena no Amazonas. A inserção do arco e flecha como disciplina escolar pode ser capaz de agregar muitas dimensões, desde a esportiva, como aula de educação física, até a acadêmica, como tema gerador de conteúdo de caráter transversal entre as disciplinas. Pode ser um espaço de valorização das tradições do uso do arco e flecha na caça e pesca. Pode ter também uma dimensão simbólica ao permitir o diálogo entre o saber tradicional e a ciência e tecnologia moderna da sociedade envolvente.

Os jovens arqueiros indígenas do Amazonas conseguiram um feito histórico: em menos de dois anos de treinamento, alcançaram um número expressivo de medalhas em competições nacionais e internacionais. O sucesso desse projeto não é apenas um caminho a mais para a necessária conquista de medalhas para o Brasil. É uma contribuição para resgatar uma dívida histórica que temos com as populações indígenas. Esperamos que tenha um impacto positivo para a autoestima e o futuro das populações indígenas de todo o Brasil.



103 🌳
Em busca de medalhas e melhor futuro, a dedicação dos atletas é tão intensa quanto os esforços da FAS por transformações positivas na floresta



OLHAR PARA O FUTURO

Resgate cultural como promoção do desenvolvimento sustentável



De Manaus, são duas horas e meia de voo sobre o tapete verde da floresta até São Gabriel da Cachoeira (AM), no noroeste da Amazônia, e mais um extenso percurso de nove horas de lancha para chegar ao destino, na terra dos Baniwa. Em majestosa paisagem de montanhas, o Rio Içana, afluente do Negro, leva à região da “Cabeça do Cachorro”, um dos mais longínquos grotões do País, já quase na fronteira com a Colômbia, onde a vida parece regida por outra dimensão de tempo e espaço. Protegido por comunidades indígenas, o cenário – em contraponto ao isolamento e seus estigmas – simboliza o dinamismo intercultural que marca o diálogo entre tradição e modernidade e desenha o futuro da Amazônia construído em bases mais igualitárias, justas e sustentáveis.

Em São Gabriel da Cachoeira, a origem indígena que caracteriza a quase totalidade da população está presente no nome do pequeno aeroporto de Uaupés, referência ao rio de 1,3 mil km que nasce na Colômbia e abriga dezenas de etnias em território brasileiro antes de desaguar no rio Negro, um pouco acima da cidade. À frente do porto, as águas encachoeiradas que entremeiam o relevo acidentado, cartão postal da cidade, foram antiga rota de missionários religiosos e de ciclos econômicos que ao longo da história produziu expressivos danos às populações tradicionais.

Da localidade, deixando para trás padrões mentais já insustentáveis diante dos atuais desafios da vida no planeta, partimos para o Rio Içana: uma viagem de constatações e quebras de ideias pré-concebidas sobre a cultura e a perspectiva indígena da relação com o mundo ao redor – ou melhor, com o mundo onde todos nós, índios e não índios, estamos incluídos.



104-105 ← →
A bela paisagem do Rio Içana, um dos pontos mais isolados do País, em São Gabriel da Cachoeira (AM), moldura um novo perfil do índio brasileiro

106-107 ←
De tamanho maior que em outras regiões, a flecha é usada para pescar em certas épocas do ano. A caça faz tempo se rendeu à arma de fogo

108-109 →
Reduto dos Baniwa, lugar cercado por montanhas e vales de floresta

A região é conhecida pela diversidade de povos, culturas e línguas. São 23 etnias reunindo cerca de 34 mil índios, conforme levantamento do Instituto Socioambiental, com base em dados do IBGE e de outras instituições. No cenário multicultural, essas populações se destacam pela organização comunitária e integram um sistema regional articulado por redes de trocas e relações sociais, inclusive de casamento, compartilhando diferentes visões de mundo. Sua história foi de impactos, muitos, principalmente por parte de missões religiosas que obrigaram novos hábitos e mudanças nas tradições e no modo de viver indígenas. O naturalista Alfred Russel Wallace (1823-1913) registrou que, frente a esse longo processo de expropriação, os povos da bacia do Alto Rio Negro já estariam praticamente “aculturados” em meados do século XIX.

Visão da “sustentabilidade cósmica” abre espaço para o moderno sem perder as raízes das tradições que marcam a identidade da etnia

É uma saga em contínua transformação. De acordo com o antropólogo indígena Gersem Baniwa, da Universidade Federal do Amazonas, ocorreram cinco fases de contato. A primeira, nos séculos XVII e XIX, foi marcada pela violência e escravidão nos seringais, que reduziram a etnia a 70% da população original. Depois veio a etapa da resistência e, em seguida, a aliança com missionários e o surgimento de políticas de Estado. O quarto cenário se caracterizou pela organização indígena em toda a calha do Rio Negro, nas décadas de 1970 e 1980, e pelos primeiros projetos de

colonização do governo que incentivaram a migração de populações nordestinas para o “grande vazio” amazônico. Por fim, a partir da década de 1990, a história Baniwa tem se diferenciado pelos projetos socioambientais voltados à subsistência econômica e melhoria da qualidade de vida, no contexto do debate sobre o desenvolvimento sustentável. Um exemplo de destaque é a produção e comercialização de cestaria com a marca da etnia. “Mais que resistentes, somos um povo resiliente, que se abre para parcerias sem perder o jeito de ser e de produzir”, afirmou Gersem em palestra no evento Papo Sustentável, realizado pela FAS.

A resiliência cultural tem como pilar a cosmogonia Baniwa: “na nossa mitologia, nascemos de um buraco abaixo de uma cachoeira, como o umbigo do mundo onde os seres precisam sempre fazer política, negociar e dialogar de forma a equilibrar a desordem e vencer o caos”. Para o antropólogo, os mitos estão em contínua construção e atualização, e a visão de mundo incorpora a existência do não indígena. Assim, a compreensão holística sobre a totalidade do mundo marca o perfil das atuais lideranças Baniwa, dentro do que Gersem chama de “sustentabilidade cósmica”. Esse tradicional – e ao mesmo tempo moderno – modo de entender as diferenças e se relacionar com o outro se traduz na realidade da vida e dos planos para o futuro ao longo do Rio Içana.

O sol já havia baixado quando a lancha atracou na aldeia Tunuí Cachoeira, ponto de pernoite após seis horas e meia de navegação. A música latina que ecoava de uma casa indicava a influência das rádios colombianas em local próximo à fronteira. Na sala, indicativo da mixagem cultural, uma vistosa bandeira do Brasil estendida na parede. Ao redor da mesa,



111 → Jovens da Escola Baniwa Pamáali têm educação multilíngue baseada em projetos para o resgate de rituais e do etnoconhecimento



entre goles de chibé, o chefe da família, o indígena Jonílson, falava aos visitantes sobre os rituais Baniwa. Na transição para a idade adulta, o jovem é submetido a uma surra de chicote de modo a levar o aprendizado com os mais velhos para o resto da vida. Um dos antigos ensinamentos é a confecção da flecha com veneno tirado de cipós, mas hoje a espingarda rouba a cena. “A munição para caça é trocada por farinha, artesanato e peixes.”

A BUSCA DO BEM VIVER

Ao pé de montanhas que compõem cenário selvagem, a vila é vitrine de alternativas de renda. A pimenta Baniwa, beneficiada a partir de 36 espécies nativas e reconhecida como patrimônio cultural do Brasil, é vendida para fora do Estado, inclusive para rede de supermercado. Colhido na roça pelas mulheres, o produto é muito comum no cotidiano alimentar das aldeias e utilizado em rituais, com função de proteger mulheres no pós-parto. Ao lado, a Casa de Abelha beneficia o mel das colmeias instaladas nas comunidades indígenas, em que o inseto tem o simbolismo de representar o bem, o poder de recuperação.

As iniciativas de geração de renda baseadas no etnoconhecimento são resultado do trabalho da Escola Baniwa e Koripako Pamáali, no Rio Içana. Ela desempenhou importante papel no processo de reunificação e reconstrução cultural no novo contexto em que passaram a viver, com demarcação das terras no fim da década de 1980. Mais tarde, procedeu-se um grande esforço de articulação de parcerias, ampliação do ensino e lançamento de dicionário e gramática da etnia, além da formação de magistério indígena. A educação é multilíngue e o regime escolar

alterna aulas durante dois meses com um mês de permanência dos jovens em casa nas aldeias da região. Diferencial relevante é a revitalização de tradições. Como exemplo, após 70 anos a etnia recuperou o ritual de canto e dança “Dabucuri”, no qual as comunidades se confraternizam e compartilham alimentos.

“Para a melhoria das condições de vida, é central o resgate da memória”, destaca André Baniwa, presidente da Organização Indígena da Bacia do Içana (OIBI), ao reforçar: “com a cultura fortalecida temos o que comer, tratar e ensinar”. Entre os planos em discussão está retomar a tradição do arco e flecha e de seu simbolismo como estímulo à formação de atletas Baniwa de tiro com arco, com a possibilidade de integração ao segundo ciclo

do Projeto Arquearia Indígena no Amazonas. Em agosto de 2016, a ideia foi apresentada pela FAS em visita à escola, ocasião em que alunos e alunas apresentaram rituais de boas-vindas e os professores se informaram sobre o potencial das oportunidades geradas pelo antigo instrumento de caça agora como esporte.

O momento é de reflexão para dar novos passos, tendo pela frente o desafio de integrar o conhecimento indígena ao que chega de fora, numa relação intercultural. É como um retrato do novo índio brasileiro. “Nossos valores culturais e ambientais devem se refletir na economia”, afirmou a liderança no percurso da lancha pelo Rio Içana entre a escola e a comunidade de São José. Lá acontecia uma assembleia que juntou representantes de

112 ←
As cabanas típicas Baniwa marcam a estética das comunidades em meio às montanhas

113 ↓
A cidade de São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro, é o polo urbano de uma região que abriga mais de 20 etnias indígenas



várias aldeias para a definição de caminhos que levem a avanços e melhorias a partir do moderno conceito de bem viver.

“Amor”, “carinho”, “gratidão”, “felicidade”, “sucesso”. As palavras, exibidas com destaque em cartazes no alto do galpão onde o evento se desenvolvia, indicam o jeito de ser local. À mesa, um banquete para os visitantes: chibé, paca e peixe moqueado (defumado para conservação), acompanhados pela indispensável pimenta nativa. O capricho na hospitalidade é marca registrada da etnia, tão prejudicada por um tenebroso passado de exclusão e injúrias à sua identidade.

“Um dos principais alicerces é a retomada de significados antigos e práticas culturais perdidas”, explica Aliria Noronha, pesqui-

sadora da Universidade Federal do Amazonas, que estuda a felicidade e o bem viver sob a perspectiva Baniwa. Para eles, a concepção de felicidade é diferente da construída pela cultura de massa. A socióloga cita Leandro Karnal, historiador da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), para quem a felicidade em geral está depositada no desejo de possuir algo que ainda não se tem, material ou não. E que se dilui no momento que não tem. “Na visão Baniwa, a felicidade está em valorizar o que eles já têm”; em fazer o que é da tradição. Isso ocorrerá, segundo eles, pela via da educação e do direito ao território. E como pano de fundo está a capacidade de se adaptar, se mesclar e criar relações harmônicas com o que vem de fora, com o novo.

114

↓
O beiju, feito com a mandioca, é iguaria de rotina nas refeições, juntamente com a cotia e o peixe moqueados sob fumaça



Como item da cultura material, o arco e flecha e seu uso tradicional, revitalizados para objetivos do tempo moderno, compõem o patrimônio a ser resgatado na construção do bem viver. Na rotina da caça, a felicidade está não propriamente na captura do animal, mas no ato de compartilhar o alimento. “E para isso é preciso ir cada vez mais longe, abrindo picada com facão para encontrar macacos”, diz o artesão indígena Roberto da Silva, na aldeia São José. Ele confecciona zarabatanas com haste de três metros, feita com a madeira da paxiúba, e dardos contendo veneno de cipós e breu, uma resina nativa. Primatas e pássaros, como o jacu, são os principais alvos do sopro. Flecha, hoje em dia, apenas

para pescar – mas naquele ponto do Rio Içana a natureza não brindou a comunidade com fartura de peixes. O mais habitual para caça, principalmente de anta e porco-do-mato, é usar arma de fogo, como a espingarda que Roberto pendura na parede da sala, onde são guardados outros objetos indispensáveis à sobrevivência, como motosserra, motor de barco e galões de gasolina.

Um dos alicerces do bem viver é a retomada de práticas e significados perdidos, dentro de uma peculiar concepção de felicidade

115

↑
Tradição do arco e flecha modernizada como esporte deve se integrar à estratégia do resgate cultural como promoção do bem viver



116 🌿
O coreano Kim Woojin, recordista olímpico, ganhou a medalha de ouro nos Jogos Rio 2016, resultado da tradição daquele país em formar atletas em tiro com arco desde criança na escola

O conhecimento é transmitido entre gerações. O professor indígena Edson Faria aprendeu a fazer arco e flecha com o avô e, quando menino, costumava sair com o pai para flechar tucunarés e jacundás no período de rio seco. “Isclas para anzóis são mais difíceis nesta época”, justifica o rapaz.

Pegar pacas à noite com flechadas, como no passado, só na ausência de munição para a espingarda. No ritual da caça, a aldeia é comunicada quando um grupo sai em busca de animais. Antes da empreitada, deve-se fazer jejum “para ter força e vontade de caçar” e tomar banho para o corpo não exalar cheiros que atraem “sopro de curupira” – entidade da floresta dotada de poderes que causam dores, feridas e outros males físicos. Por esse motivo, a crença não recomenda comer

quando está suado, tampouco matar pássaros “informantes” que vivem na beira do rio: “eles sinalizam a presença de caça ou avisam para ir embora porque naquele dia ninguém pegará nada”.

PERSPECTIVA GLOBAL

Mesmo com a histórica influência das igrejas, o simbolismo permanece vivo. Na comunidade Santa Rosa, onde mora o professor, os índios jovens brincam de acertar alvos pintados com desenhos de pássaros, em dias de festa. E a chegada de um novo projeto voltado ao resgate cultural do arco e flecha por meio do esporte “é uma boa notícia, porque fortalecerá a identidade como indígena e mobilizará a juventude para valorizar a tradição, mostrada a outros povos”.

O esforço tem conexões mundiais. Iniciativas que promovem inclusão social, acesso a oportunidades de renda, autoestima, bem-estar e preservação do conhecimento tradicional – como é o caso do Projeto Arquearia Indígena – estão em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), criados pela ONU com metas ambientais, sociais e econômicas para 2030. O cenário inclui os desafios associados às mudanças climáticas, como os compromissos para redução dos gases de efeito estufa pelo desmatamento, tema de alta prioridade na agenda global. Nele, a Amazônia representa importantíssimo papel, com efeitos para todo o planeta.

É um trabalho de várias frentes, em que a conservação da floresta está diretamente ligada às condições sociais, econômicas,

tecnológicas e culturais de quem nela habita. Dessa forma, a FAS tem se destacado nacional e internacionalmente pelos resultados de projetos inovadores a partir do slogan “fazendo a floresta valer mais em pé do que derrubada”, que resume a sua missão. Se o Programa Bolsa Floresta beneficia cerca de 40 mil pessoas em todo o Amazonas com renda, atividades produtivas e melhorias sociais, o Primeira Infância Ribeirinha se dedica à atenção familiar para a saúde e o desenvolvimento integral de crianças até 6 anos – futuros adultos capazes de contribuir com o desenvolvimento sustentável. Desafio que recai também na educação e inspira a estratégia da FAS na construção de um modelo baseado na realidade da floresta para a formação de jovens e futuras lideranças.

117 🌿
Arqueiro indígena Drean Braga da Silva, candidato a medalha nas próximas Olimpíadas do Japão, se prepara para enfrentar a concorrência coreana



diz Klaus Schwab, economista de Harvard e autor do livro *Revolução 4.0*, se caracteriza pela urgência de fazer diferente, de repensar o sentido do que fazemos. Dessa forma, ampliar a participação social no processo de crescimento econômico é elemento essencial para um amanhã mais sustentável.

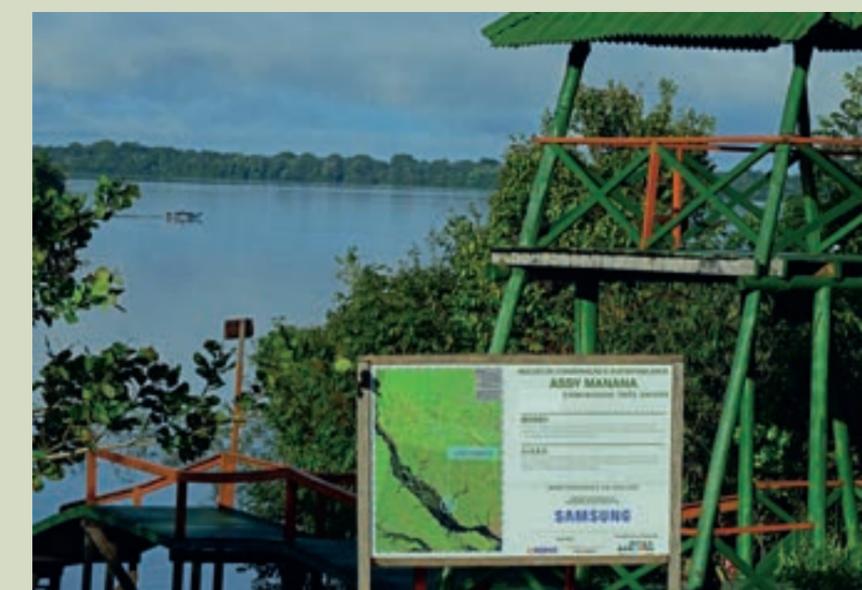
O Projeto Arquearia Indígena no Amazonas se insere no variado leque de iniciativas em sinergia que buscam a redução de desigualdades e a melhor qualidade de vida na Amazônia. O elo entre tradição e modernidade, construído pelo desempenho de jovens locais como atletas de tiro com arco, ajuda a formar um ambiente propício à chegada de serviços básicos e de novos projetos, inclusive de geração de renda. E, em paralelo, espaços se abrem ao empreendedorismo.

A comunidade Três Unidos, dos Kambeba, no Baixo Rio Negro, celeiro dos primeiros arqueiros-atletas, reflete o quadro de ganhos que agora se busca para outras comunidades. A aldeia abriga um dos diversos Núcleos de Conservação e Biodiversidade mantidos pela FAS em reservas ambientais do Amazonas, com escola e qualificada estrutura para projetos sociais e de geração de renda. Em ambiente de inovações, a comunidade funciona como ponto central para a busca de um modelo de gestão de resíduos apropriado à realidade ribeirinha, com participação de oito vilas, cinco delas indígenas. O foco maior está na educação ambiental, que se dá mediante atividades lúdicas, como o teatro, com reflexos na conscientização mais ampla para o uso sustentável da floresta.

“Muita coisa mudou por aqui após um longo período de dificuldades para o sustento, baseado na roça e na extração de madeira”, conta a empreendedora indígena Neurilene Cruz (ou

“Misqui”, “mel” em Kambeba), líder do restaurante Asmik, mantido por uma associação de dez mulheres à beira do Rio Cuieiras. A aldeia adotou o turismo como importante fonte de renda. “Diminuímos a dependência financeira em relação aos homens, que hoje reconhecem a força feminina”, aponta Neurilene, mãe do arqueiro Nelson, o Inha, medalhista que vê crescer o número de turistas na aldeia por conta da visibilidade de seus atletas.

Dessa forma, a região do Rio Negro reescreve sua história. A atmosfera de mistério de suas águas tom de Coca-Cola recupera forças do passado e se abre à contemporaneidade. Enxerga um novo destino. Há mais de dois milênios, o filósofo Heráclito de Éfeso dizia que tudo flui como um rio. Não se pode percorrer duas vezes as mesmas águas, que já fluíram. Tudo é movimento também na expectativa de quem descobre no velho arco e flecha um caminho para transformações.



119  
A estrutura da FAS na comunidade Três Unidos dá suporte a projetos educacionais, culturais e sociais que têm mudado a realidade local

118 
A empreendedora Neurilene, ao lado de sua equipe Kambeba, é mãe de um atleta indígena e aposta na chegada de mais visitantes à aldeia

Valorizar o conhecimento tradicional e promover a inclusão social são desafios presentes nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



UMA VISÃO EM PERSPECTIVA¹

Se por um lado a situação das populações indígenas do Brasil é preocupante, há espaço para um moderado otimismo. Existe um movimento de valorização da cultura e saberes tradicionais, incluindo iniciativas promissoras de educação indígena.

Há também projetos bem sucedidos de geração de renda baseados no uso sustentável dos recursos naturais. Muitas etnias já possuem grandes territórios oficialmente reconhecidos e demarcados e já é possível ver uma luz no fim do túnel.

Nenhuma outra modalidade de esporte olímpico se relaciona de forma tão clara e óbvia com a história do Brasil e da Amazônia como o tiro com arco. A prática do esporte por jovens atletas pode ser vista como uma ressignificação do arco e flecha, criando um diálogo com a modernidade.

Tentativas de retomar algumas tradições estão inseridas num novo contexto interétnico, que a própria Igreja já não se opõe frontalmente às culturas e tradições indígenas. A chance de retomá-las, todavia, depende do sucesso em ressignificá-las e atualizá-las para os dias de hoje (Luciano, 2013 p. 68)².

Os indígenas não possuem uma incapacidade ou ausência de vontade de interagir com o mundo branco. Não se trata de resistir ao que é de fora, mas sim ser a favor da própria tradição, de forma aberta à incorporação e à apropriação de elementos de outras culturas (Luciano 2013, p. 141).

Crianças indígenas aprendem a manusear o arco e flecha ainda na infância. Os adolescentes caçam com maestria, alcançando pássaros em pleno voo. Não teriam chances de conquistar o ouro olímpico enfrentando jovens urbanos da Coreia ou dos Estados Unidos?

Tentamos, por meio do Projeto Arquearia Indígena, participar da Rio 2016 e por pouco, muito pouco, não conseguimos. A desestruturação do Centro de Treinamento de Alto Rendimento da Vila Olímpica de Manaus

em 2015 foi um fator decisivo, infelizmente. O pequeno tempo de treinamento foi outra barreira relevante. O Projeto agora mira a Olimpíada de Tóquio, em 2020.

A Olimpíada Rio 2016 teve inúmeros resultados positivos, desde a conquista de um número inédito de medalhas pelo Brasil até belíssimos eventos de abertura e encerramento. Um dos desafios após o evento é o impulso à prática esportiva no Brasil, especialmente aquelas com menor tradição – e o tiro com arco é uma delas.

Somos a sétima economia e a quinta maior população do mundo. Em Londres, ficamos em 22º lugar no ranking de medalhas e, na Rio 2016, em 13º.

Não se trata apenas de ficar “bem na foto” no quadro de medalhas. Investir no tiro com arco praticado por jovens indígenas pode ter impactos extremamente positivos para a autoestima dos índios brasileiros.

Um exemplo relevante foi a medalha de ouro obtida pela atleta aborígine australiana Cathy Freeman, na Olimpíada de Sidney em 2000. Na Austrália, onde há feridas da cruel história de relação entre europeus e aborígenes australianos, todos se uniram pelo sucesso da atleta.

Qual seria o impacto de uma medalha de ouro olímpico conquistada por um jovem indígena e comemorada por todos os brasileiros? Como isso influenciaria a relação entre indígenas e não indígenas em todo o Brasil? Como isso impactaria o sentimento de angústia e desesperança de jovens indígenas que estão à beira do suicídio?

O Brasil e os países que colonizaram as Américas têm uma dívida histórica a ser resgatada com os povos indígenas. O tiro com arco indígena é uma oportunidade de construir pontes entre o passado e o futuro, entre o colonialismo e o desenvolvimento justo, solidário e, de fato, sustentável. Pode ser um ingrediente importante do novo conceito de bem viver. Uma utopia que pode servir para fortalecer o processo de valorização da cultura tradicional e da autoestima das populações indígenas brasileiras.



120 → Arqueiro Guibson trabalhará na formação de novos atletas indígenas visando às Olimpíadas de Tóquio em 2020

¹ Texto de Virgílio Viana. ² LUCIANO, Gersem José dos Santos. *Educação para manejo do mundo: entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.



*"Do imaginário indígena, seres mitológicos
O inexplicável transe do pajé*

*Rito, lenda, conto ancestral, pajelança, o sobrenatural
As flechas, as penas, a pele morena reluzem ao luar
A grande fogueira, feitiço clareia pro mal espantar (...)*

*Oh, valente clã dos Mawés, grande guerreiro Sateré, Tuí-Sãs
Mauris, Mavoz, Orapium, Mangnés, Mahués, Maragná, Malrié
Matumbé e Caxiri, sou a garra, sou a força do tronco Tupi.*

"Exaltação Indígena", cantada pelo Boi Garantido



*"A flecha errante no céu disparou
Cravando no ódio que o branco espalhou
Em busca da estrela brilhante de paz
Começa a lendária odisseia dos tupinambás (...)*

*"Guerreiros andarilhos
Incansáveis peregrinos
Apenas lunações guiavam seu destino
Em cada vereda uma lágrima tupinambá
Do trópico de Capricórnio
Rumaram para cá (...)*

*"Vieram cultivar a sua liberdade (...)
Mas a cobiça do descobridor
À ferro e fogo os exterminou (...)
Agora só caminham nas veredas do Guajupia
Tupinambarana*
Minha Terra, meu amor*

*"Odisseia Tupinambá", cantada pelo
Boi Caprichoso*

* Nome da ilha onde se localiza a cidade de Parintins (AM).





| BIBLIOGRAFIA |

- HERRERO, M.; FERNANDES, U. (Org.) Baré – Povo do Rio. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2015. p. 7-51.
- TARIKIAN, M. Arco e Flecha – Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Barra Livros, 2015.
- ROBERTS, A. Evolution – The Human Story. New York: DK, 2015.
- GARCIA, U. Karawara – A Caça e o Mundo dos Awá-Guajá. São Paulo: Departamento de Antropologia, USP, 2010.
- CALBAZAR, A. Peixe e Gente no Alto Rio Tiquié – Conhecimentos Tukano e Tuyuka. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005.
- VELTHEM, L. H. van. O Belo é a Fera – A Estética da Produção e da Predação entre os Wayana. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, Assírio & Alvim, 2003.
- HEMMING, J. Árvore de Rios – A História da Amazônia. São Paulo: Editora Senac, 2011.
- RIBEIRO, B. O Índio na Cultura Brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.
- APARICIO, M. Relações Alteradas – Ideias Suruwaha sobre Animais e Caça. Ilha Revista de Antropologia. Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.
- FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO. Bibliografia Berta Ribeiro. Disponível em <http://www.fundar.org.br/controller.php?pagina=29>. Acesso 01 out 2016.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povos Indígenas do Brasil. Disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/nadob/2162>. Acesso 01 out 2016.
- FEDERAÇÃO CEARENSE DE TIRO COM ARCO. História do Arco. Disponível em <https://arcoflechace.com/para-iniciantes/arco-e-flecha/>. Acesso 01 out 2016.
- PONTAS de pedra trazem questão sobre pré-história brasileira. Revista Exame, São Paulo. Disponível em <http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/pontas-de-pedra-trazem-questao-sobre-pre-historia-brasileira>. Acesso dia 04 out 2016.
- BARRETO, J.P.L. Wai-Mahsã: peixes e humanos – Um ensaio de Antropologia Indígena. Universidade Federal do Amazonas. Disponível em <http://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/4629/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Jo%C3%A3o%20Paulo%20Lima%20Barreto.pdf> Acesso 16 out 2016.



A photograph showing a person from the side, aiming a white compound bow at a target. The target is a standard archery target with concentric rings of blue, red, yellow, and black. The scene is set on a red running track with white lane markings. The background shows green trees and a fence.

O arco e flecha é um dos símbolos mais tradicionais da cultura indígena. Por séculos, foi essencial à defesa contra inimigos e à caça e pesca para a garantia de alimento. Com o passar do tempo e o devastador processo de dominação a que as diferentes etnias foram submetidas, o instrumento perdeu espaço para as armas de fogo. O desafio de fortalecê-lo como identidade cultural por meio da prática esportiva de tiro com arco inspirou a Fundação Amazonas Sustentável no projeto Arquearia Indígena. Um caminho para a promoção da cidadania, autoestima e oportunidades, retratado neste livro recheado de histórias de vida e belas imagens fotográficas.

